



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Educação

Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

PROJETO “LÁPIS COR DE PELE – QUAL PELE?”

Implementação da Lei 10.639/03 no combate ao racismo e resgate
da autoestima de estudantes negros em escola da Ceilândia, DF

REGINA RECALDE DA FONSECA COTRIM

Brasília – DF

2014

REGINA RECALDE DA FONSECA COTRIM

PROJETO “LÁPIS COR DE PELE – QUAL PELE?”

Implementação da Lei 10.639/03 no combate ao racismo e resgate da autoestima de estudantes negros em escola da Ceilândia, DF

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Professor Orientador: Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva

Brasília – DF

2014

Cotrim, Regina Recalde da Fonseca.

PROJETO “LAPIS COR DE PELE – QUAL PELE?”:
Implementação da Lei 10.639/03 no combate ao racismo e resgate
da autoestima de estudantes negros em escola da Ceilândia, DF /
Regina Recalde da Fonseca Cotrim. – Brasília, 2014.
82 f. : il.

Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília,
Departamento de Educação - EaD, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva, Departamento de
História.

1. Lei 10.639/03. 2. Combate ao racismo. 3. Autoestima de
estudantes negros/as. I. Título.

REGINA RECALDE DA FONSECA COTRIM

PROJETO “LÁPIS COR DE PELE – QUAL PELE?”

Implementação da Lei 10.639/03 no combate ao racismo e resgate da autoestima de estudantes negros em escola da Ceilândia, DF

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça da aluna

Regina Recalde da Fonseca Cotrim

Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva

Professor-Orientador

Profa. Dra. Izis de Moraes

Professora-Examinadora

Brasília, 7 de junho de 2014

Dedico este trabalho aos meus estudantes, que durante minha trajetória como professora, me fazem repensar minha prática pedagógica constantemente. Sou uma professora melhor por causa deles.

À minha amada e querida mãe. Saudades!

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ter me abençoado todos os dias dessa caminhada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Anderson Ribeiro Oliva, pelo seu precioso auxílio no processo de desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores das diferentes disciplinas do curso de especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP-GeR da UnB, em especial à Prof. Renísia Cristina Garcia Filice, coordenadora do curso.

Às queridas tutoras Ruth Meyre e Alice Gabriel. Obrigada por terem aparecido em minha vida, me orientando e incentivando. Pelo respeito aos meus limites e principalmente por acreditarem em mim.

Agradeço imensamente à comunidade escolar do Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia. Aos estudantes, colegas professores/ras, orientadoras, supervisores/ras e demais servidores/ras que trabalham por uma educação mais justa. Agradeço em especial à direção que sempre me deu apoio na realização deste trabalho e nos projetos passados.

À minha amiga, Jeane Cristina Frutuoso Trindade. Seu apoio no ano passado foi fundamental para que realizássemos o projeto “Lápis cor de pele – qual pele?” Literalmente vestimos a camisa! E valeu a pena!

Às minhas amigas, Senilda da Silva por ter me ajudado em momentos tão importantes e Sílvia Amélia Granjeiro do Amaral que me ajudou na revisão deste trabalho.

À querida Neusa Maria, minha mão direita, que cuida da minha casa e dos meus filhos com tanta dedicação. Se não fosse seu apoio, não poderia ter ficado horas a fio me dedicando a este trabalho.

Ao meu pai, Prof. Dr. José Carlos Pio da Fonseca, que ao longo da sua existência foi um exemplo de dedicação aos estudos e sempre me incentiva a continuar progredindo em minha vida acadêmica. À minha querida amiga e “mãedrastra”, Maria Lélia Fonseca, sempre amorosa e me apoiando nos meus projetos acadêmicos e pessoais.

Agradeço imensamente ao meu marido, Cleber Ricardo Pinheiro Cotrim, por nossos constantes debates sobre o tema, pelo apoio, pela paciência e o amor que sempre me manteve em pé, nos momentos difíceis e nos momentos alegres. Obrigada meu amor.

Aos meus filhos, Mateus e Manuela. Obrigada por vocês existirem na minha vida. Que um dia vocês possam ler este trabalho e também se tornarem combatentes do racismo.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Nelson Mandela

RESUMO

O presente trabalho pretende reafirmar a importância da aplicação da Lei 10.639/03 como ferramenta fundamental no combate ao racismo. O ensino e valorização da História e Cultura Afro-brasileira e Africana durante todo o ano letivo, não se restringindo apenas às datas comemorativas, como o dia 20 de novembro, além de ajudar no combate ao racismo, é importante para elevar a autoestima de estudantes negros/as. Percebe-se que é possível haver uma mudança de atitude de todos os estudantes, negros e não negros, objetivando a promoção de uma educação de promoção do respeito à diversidade e combate ao racismo.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, combate ao racismo, autoestima, negros/as.

LISTA DE TABELAS

QUESTIONARIO 1

Tabela 1 -	Sexo dos estudantes.....	35
Tabela 2 -	Faixa etária dos estudantes.....	36
Tabela 3 -	Cidade em que reside.....	36
Tabela 4 -	Você era estudante do CEM 02 no ano passado?.....	37
Tabela 5 -	Como você se autodeclara?.....	38
Tabela 6 -	Você considera o Brasil um país racista?.....	38
Tabela 7 -	Você acha que há racismo nas escolas?.....	39
Tabela 8 -	Já presenciou alguma atitude racista?.....	40
Tabela 9 -	Você conhece pessoas racistas?.....	41
Tabela 10 -	Você já ouviu piadas e/ou frases negativas relacionadas aos negros?.....	42
Tabela 11 -	Você conhece a Lei 10.639/03?.....	47

QUESTIONARIO 2

Tabela 12 -	Sexo dos estudantes.....	50
Tabela 13 -	Faixa etária dos estudantes.....	50
Tabela 14 -	Cidade em que reside.....	51
Tabela 15 -	Como você se autodeclara?.....	51
Tabela 16	Já foi alvo de racismo, discriminação ou preconceito racial? Resposta Feminina.....	52
Tabela 17	Já foi alvo de racismo, discriminação ou preconceito racial? Resposta Masculina.....	53
Tabela 18	Você já presenciou casos de racismo na escola?.....	53
Tabela 19	Como foi sua participação no Projeto?.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEM	Centro de Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
SEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SEPPIR	Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 - Introdução.....	11
2 - Referencial Teórico e Fundamentação	
2.1 – Capítulo I – Discutindo Conceitos e Preconceitos.....	14
2.2 – Capítulo II – A importância da Lei 10.639.....	27
3 - Métodos e Técnicas de Pesquisa.....	31
4 - Discussão do Tema	
4.1 – Capítulo III - O projeto “Lápis cor de pele – qual pele?.....	33
4.2 – Apresentação e análise dos dados.....	35
4.3 – Efeitos da implementação da lei 10.639/03.....	49
4.4 – Capítulo IV - Um capítulo a parte! Sobre cabelos!.....	57
5 - Considerações Finais.....	63
6 - Referências Bibliográficas.....	64
7 - Apêndices.....	68

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende avaliar a importância da aplicação da Lei 10.639/2003, como fundamental no combate ao racismo brasileiro. Essa lei alterou as diretrizes e bases da educação básica, tornando obrigatório o ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira. Além disso, determina a inserção da data de 20 de novembro no calendário escolar como o dia nacional da consciência negra – em todas as escolas públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio, com o objetivo de promover uma educação que valorize o ser humano através do reconhecimento e das origens do povo brasileiro.

A discriminação racial no interior do ambiente escolar não aparece apenas sob a forma de agressão e de uma hostilidade explícita (GOMES, 1995), mas está presente também nas atitudes diferenciadas em relação às crianças negras e brancas, assim como nas práticas e discursos dos educadores e diretores das instituições escolares. Também será demonstrado que a inferioridade do negro é uma construção cultural, pautada no preconceito racial.

É na escola que o indivíduo terá acesso a valores trazidos por outros seres humanos, sejam professores ou alunos, basicamente é nessa escola que ele – o indivíduo em formação – aprenderá não só o conhecimento básico, mas os valores sociais que conduzirão à quebra dessa inferioridade racial, impregnada culturalmente, para promover o término do racismo. Já que podemos afirmar que a ideia de inferioridade do negro é uma construção social, esse processo impregnado pode ser desconstruído e nada mais favorável que seja realizado no ambiente escolar.

Não podemos colocar toda a responsabilidade na escola, já que a socialização ocorre também em outros ambientes, no entanto a escola tem um ambiente favorável para “provocar” mudanças de conceitos e preconceitos, através de novas didáticas onde projetos baseados na lei 10.639/03, são fundamentais no combate ao racismo. De alguma forma, esse envolvimento deve acontecer em toda a estrutura escolar: corpo docente, discente, direção, coordenação, servidores da escola e comunidade escolar, pois somente

militantes e educadores negros e negras, não serão suficientes para uma tarefa tão gigantesca.

Para facilitar a leitura e compreensão deste estudo o texto se organiza da seguinte forma:

Capítulo I – Discutindo Conceitos e Preconceitos

Capítulo II – A importância da lei 10.639/03 para combater o racismo

Capítulo III – O projeto “Lápis cor de pele – qual pele?”

Capítulo IV – Um capítulo a parte! Sobre cabelo!

O objetivo principal da presente investigação é avaliar a importância e os impactos da aplicação da lei 10.639/03 como ferramenta fundamental na educação antirracista e para a valorização e resgate da autoestima de estudantes negros/as no Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia. Como objetivos secundários pretendemos: abordar os conceitos de raça, racismo, preconceito e discriminação, a fim de desconstruir “preconceitos” e construir novos conceitos; analisar a lei 10.639/03 e sua importância para o combate ao racismo; reconhecer a escola como uma importante instituição social, fundamental na educação anti-racista e para a valorização e resgate da autoestima de estudantes, principalmente, negros e negras do Ensino Médio; evidenciar a importância do envolvimento de todo o corpo docente assim como da direção, coordenação e demais servidores da escola para fortalecimento de projetos relacionados a lei 10.639/03; e por fim, identificar a formação de novas atitudes, posturas e valores em jovens protagonistas de uma sociedade mais justa e sem racismo e novos cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial.

Meu trabalho é resultado dos anseios dos meus estudantes de ensino médio. Sempre trabalhei a temática racial antes mesmo de tomar conhecimento sobre a lei 10.639/03, a lei 11.645/08 ou qualquer outra lei ou normas nas minhas aulas de Sociologia, desde que sou professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal há 11 anos. Efetivamente comecei a aprofundar minhas reflexões sobre esse tema quando em 2012 fiz o curso de formação de professores/as em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e

Relações Étnico-raciais, conhecido como GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA, oferecido pela UnB e financiado pelo MEC. A partir desse curso foi possível perceber as reais necessidades dos meus estudantes, em sua maioria afro-descentes, pardos, negros e negras.

Em 2012 fiz o primeiro projeto no Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia, escola onde leciono desde 2011, que culminou com um evento no dia 20 de novembro. Neste primeiro ano, os professores que mais se envolveram no projeto foram duas professoras e um professor, os três, negros.

Em 2013 fizemos o segundo projeto, a pedido dos estudantes que participaram ou ficaram sabendo do primeiro. No segundo projeto houve uma participação maior de todos os estudantes e também do corpo docente, como consequência da boa recepção dos trabalhos realizados pelos estudantes no ano anterior.

A simples inserção da lei nos currículos das instituições de ensino não é o suficiente para erradicar os problemas concernentes às relações raciais, pois sabemos que o ambiente escolar não é o único formador de valores, conforme já dito anteriormente, portanto não pode ser a única instituição social responsável pelo fim do racismo. Por outro lado, sem a força da lei provavelmente continuaríamos no silêncio que ajudou a manter o racismo durante séculos, inclusive o racismo institucional. Enquanto membros da comunidade escolar não podemos nos furtar da responsabilidade de trabalhar a temática, tão importante para combater o racismo.

Meu interesse é desenvolver projetos que possam ser trabalhados diretamente com estudantes do ensino médio. É importante desconstruir preconceitos, introduzir e fortalecer novos conceitos de raça capazes de promover a igualdade racial como um aspecto fundamental de transformação da sociedade.

A materialização deste projeto representa uma oportunidade de levantar a bandeira de combate ao racismo e às discriminações que atingem em particular a população negra.

Capítulo 1. Discutindo Conceitos e Preconceitos

O entendimento dos conceitos utilizados por acadêmicos para desmistificar preconceitos que, empregados a partir do “senso comum” no Brasil, reforçam a discriminação, mascaram ou ocultam o racismo, é um passo fundamental para podermos identificar, combater e eliminar o racismo e todas as formas de preconceitos e discriminações.

Segundo Suelaine Carneiro¹ (2014) “abordar a questão racial traz desconfortos e confortos, o que é muito salutar para a formação de consciências e para a desconstrução de conceitos e preconceitos arraigados em crianças, jovens e adultos”. O esclarecimento desses conceitos também é fundamental para que se possa lutar pela construção de uma educação anti-racista.

O racismo e os seus efeitos podem ser percebidos no nosso cotidiano, na escola e fora dela. Dentro da escola, é necessário uma mudança de posturas na direção de uma educação antirracista e promotora da igualdade das relações sociais equânimes e étnico-raciais. Uma melhor compreensão sobre o que é o racismo e seus desdobramentos deve ser um dos caminhos para se pensar estratégias de combate ao racismo na educação.

O conceito de raça definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais informa que

[...] se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. (BRASIL, 2004)

¹ Suelaine Carneiro é Coordenadora do Programa de Educação do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

O racismo muitas vezes é discutido a partir do termo raça, principalmente pela relação existente entre ambos e apresenta vários conceitos. Com base nas discussões dos termos de acordo com o Prof. Dr. Kabengele Munanga

o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. (MUNANGA 2004)

Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizados pela relação intrínseca entre o físico e moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA 2004). Racismo pode ser definido também como:

[...] a teoria ou ideia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras (BEATO, 1998, p. 1).

[...] uma ideologia que postula a existência de hierarquia entre os grupos humanos (Programa Nacional de Direitos Humanos, 1998, p.12)

O conceito de raça, tal como o empregamos hoje, não restringe-se ao conceito biológico do termo. Racismo é um modo de pensar em que se acredita na existência de raças humanas distintas e superiores umas das outras, normalmente relacionando características físicas hereditárias a determinados traços de caráter e inteligência ou manifestações culturais; advindo de um aglomerado de opiniões pré-concebidas.

Munanga afirma que é um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação.

A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o

campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. (MUNANGA, 2003)

Ainda segundo Munanga:

O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (MUNANGA, 2003)

Como afirma Marques (1995, 2007) o racismo opera, basicamente, por meio de duas lógicas: a desigualitária ou da inferiorização e a da diferenciação. Na primeira, ele inscreve os grupos racializados na teia das relações sociais, concedendo-lhes um lugar de inferioridade, desvalorização e menosprezo social. Na segunda, os grupos racializados são percebidos como uma ameaça que deve ser afastada, não lhes sendo admitido qualquer lugar no sistema social. Corresponde a um desejo de rejeição, de exclusão, de distanciamento e, nas situações extremas, de expulsão ou destruição. Para o autor, nesse caso, o outro é considerado poluente, como um corpo estranho, ameaçador da homogeneidade social e dos valores identitários do nós.

Já tem sido exaustivamente pesquisado e comprovado que raça como conceito baseado em características físicas ou biológicas determinadas não existe. O termo existe, o que não existe são as raças humanas. Já se comprovou também, por diferentes meios, que a desvinculação entre biologia ou genética e a produção de injustiças ou desigualdades, depende do contexto histórico. O que significa dizer que as diferentes tonalidades de pele ou outras variações atribuídas à raça não são suficientes para determinar, explicar ou

naturalizar as condições de subordinação a que a população negra está no Brasil.

Conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), o termo raça foi ressignificado pelo movimento negro, pois, “em várias situações, o utiliza com sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos.” É imprescindível explicar, ainda, que o termo étnico, quando empregado na expressão étnico-racial, demarca que as relações tensas devido às diferenças na cor da pele e traços fisionômicos dizem respeito à raiz cultural advinda da ancestralidade africana, que é bem diferente da visão de mundo, dos valores e dos princípios das populações asiática, indígena e europeia (BRASIL, 2004).

LOPES (In MUNANGA, 2005, p.188), informa que o Programa Nacional de Direitos Humanos considera o preconceito a partir das seguintes situações: como atitude, fenômeno intergrupar dirigido a pessoas ou grupos de pessoas; é predisposição negativa contra alguém; algo sempre ruim; predisposição negativa, hostil frente a outro ser humano; desvalorização do outro como pessoa, considerado indigno de convivência no mesmo espaço, excluído moralmente.

Sendo o racismo um fenômeno ideológico, ele se consolida através dos preconceitos, discriminações e estereótipos. E por ter sido fortemente difundido no passado, arraigado em diversas culturas e reproduzido de geração em geração, permanece povoando o imaginário popular. (SANT ANA, In MUNANGA, 2005)

Um dos fenômenos derivados do racismo é o preconceito, definido como conjunto de crenças e valores aprendidos, que leva um indivíduo ou grupo a nutrir opiniões a favor ou contra os membros de determinados grupos, antes de uma efetiva experiência com estes. (CASHMORE, 2000). Opiniões pré-concebidas ou o preconceito é um pensamento manifestado de forma discriminatória indicando desconhecimento em relação ao outro e a produção de percepções pejorativas de alguém ou de um grupo social, ao que lhe é diferente, ancorados em aspectos sociais, de gênero, cor, idade, etc, transformando-se em preconceito social, racial, sexual.

Preconceito é, portanto, uma opinião preestabelecida, que é imposta pelo meio, época e educação. Ele regula as relações de uma pessoa com a sociedade. Ao regular, ele permeia toda a sociedade, tornando-se uma espécie de mediador de todas as relações humanas. Ele pode ser definido, também, como uma indisposição, um julgamento prévio, negativo, que se faz de pessoas estigmatizadas por estereótipos, conclui Santa'ana (In MUNANGA, 2005).

Sendo assim, de forma sucinta, podemos definir o preconceito como uma atitude hostil ou negativa para com determinado grupo, baseada em generalizações deformadas ou incompletas (Aronson, 1999). Esta generalização (ou representação mental) é chamada estereótipo e significa atribuir características pessoais ou motivos idênticos a qualquer pessoa de um grupo, independentemente da variação individual existente entre os membros deste. Os estereótipos são ao mesmo tempo a causa e a consequência do preconceito e ambos (estereótipo e preconceito) geram discriminação contra o grupo alvo, apesar de poder haver discriminação independente destes dois fatores (Augoustinos & Walker, 1995).

Segundo Gomes (2001) há uma tipologia da discriminação. A discriminação racial ou de gênero é, citando a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial:

qualquer distinção, exclusão ou restrição baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha o propósito ou o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, económico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública. (art 1).

Deve-se destacar que os termos discriminação e preconceito não se confundem, apesar de que a discriminação tenha muitas vezes sua origem no simples preconceito. Segundo Ivair Augusto Alves dos Santos (2006) o preconceito não pode ser tomado como sinônimo de discriminação, pois a discriminação é fruto do preconceito, ou seja, a discriminação pode ser provocada e motivada por preconceito. Diz ainda que:

Discriminação é um conceito mais amplo e dinâmico do que o preconceito. Ambos têm agentes diversos: a discriminação pode ser provocada por indivíduos e por instituições e o preconceito, só pelo indivíduo. A discriminação possibilita que o enfoque seja do agente discriminador para o objeto da discriminação. Enquanto o preconceito é avaliado sob o ponto de vista do portador, a discriminação pode ser analisada sob a ótica do receptor. (SANTOS, 2006)

Discriminação é o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer ou deixar de fazer algo) que resulta em violação dos direitos (Programa Nacional de Direitos Humanos, op. cit., p. 15).

Segundo conceito estabelecido pela Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial da ONU, ratificado pelo Brasil em 27 de março de 1968, a discriminação racial, conforme seu artigo 1º:

Significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferências baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, o gozo ou exercício, em condições de igualdade, os direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública. (art. 1º)

Historicamente, a população negra tem ocupado espaços subalternos e, portanto, foi relegada para a periferia (dos espaços urbanos, dos empregos e da própria história, o que influencia e fortalece as situações de discriminação e de desigualdades sociais e raciais, como diz SILVA (2006), contribuindo para a criação de estereótipos e preconceitos. Segundo Sílvia de Almeida (2006), no Brasil, sob a égide do seu significado social e legitimada pela ideologia do racismo, estabeleceu-se a inferioridade da população negra, a partir da qual

descendentes dos diferentes povos africanos trazidos como escravos passaram a ser agrupados no estrato inferior da hierarquia sócio-racial.

Para entender a construção da identidade negra no Brasil é importante considerar não somente sua dimensão subjetiva e simbólica mas sobretudo seu sentido político, como uma

tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil. (MUNANGA, 1994: 187)

Almeida (2006) afirma que o histórico da escravidão ainda afeta negativamente a vida, a trajetória e a inserção social dos descendentes de africanos em nosso país. Além do mais, após a abolição, o Estado brasileiro e a sociedade, nos seus mais diversos setores, não se posicionaram política e ideologicamente de forma enfática contra o racismo.

[...] a tão famosa lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, não significou a igualdade em termos de inclusão e cidadania para negros e ex-escravos, ainda que as diferenças não fossem registradas pela legislação. Para muitos negros, pardos e outros, o lugar social marcado inicialmente pela escravidão não seria modificado em pouco mais de um século e algumas gerações. [...] boa parte desse contingente de cidadãos e seus herdeiros permaneceu excluída dos bens materiais e culturais durante muitos anos. (ALMEIDA, 2006)

No Documento Oficial Brasileiro para a III Conferência Mundial contra o Racismo em Durban, o Estado brasileiro reconhece sua responsabilidade histórica “pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos”, uma vez que:

O racismo e as práticas discriminatórias disseminadas no cotidiano brasileiro não representam simplesmente uma herança do passado. O racismo vem sendo recriado e realimentado ao longo de toda a nossa história. Seria impraticável desvincular as desigualdades observadas atualmente dos quase quatro séculos de escravismo que a geração atual herdou (BRASIL, 2001).

Sales Augusto dos Santos (2003), sintetiza de forma sábia e peculiar a discriminação racial no Brasil:

Discriminamos os negros mas resistimos a reconhecer a discriminação racial que praticamos contra esse grupo racial. [...] o racismo está no outro bairro, na outra empresa, na outra universidade, na outra cidade, no outro estado, em outro país, entre outros, menos em nós mesmos. Nós, por mais que os dados estatísticos oficiais e não oficiais nos indiquem abismais desigualdades entre negros e brancos, achamos que não temos nada a ver com isso, pois a maioria absoluta dos brasileiros só vê o racismo dos outros e nos outros, nunca neles mesmos (SANTOS, 2003).

Geralmente os que sofrem por discriminação são sempre os mesmos, os negros e mestiços. Mesmo que de maneira inconsciente, esses grupos sofrem silenciosamente e em muitos casos buscam sem sucesso justiça pela discriminação sofrida. Para uma parcela da população, esses direitos são negados, para muitos nem existem.

Negros são denominadas aqui as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo IBGE. Conforme Sales Augusto dos Santos (2002), os dados estatísticos produzidos por instituições públicas brasileiras, como o IBGE e o IPEA

Indicam que se justifica agregarmos pretos e pardos para formarmos, tecnicamente, o grupo racial negro, visto que a situação deste dois últimos grupos raciais é, de um lado, bem semelhante, e, de outro lado, bem distante ou desigual quando comparada com a situação do grupo racial branco. Assim sendo, ante a semelhança estatística entre pretos e pardos em termos de obtenção de direitos legais e legítimos, pensamos ser plausível agregarmos esses dois grupos raciais numa mesma categoria, a de negros. [...] a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum (SANTOS, 2002).

A respeito dos dilemas da construção identitária enfrentado por jovens negros(as), Dayrell e Gomes (2002), referindo-se ao processo de construção da identidade negra em Souza (1983), afirmam

A identidade negra é entendida, aqui, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. [...] ser negro no Brasil é 'tornar-se negro'. Assim, para entender o 'tornar-se negro' num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Referimo-nos aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem desenvolvida pelos jovens, sobretudo, por aqueles que vivem na periferia da cidade. (SOUZA, 1983)

No caso brasileiro, o preconceito racial está fundamentado na ideia de que o negro é inferior na escala humana, desta forma, opera em três dimensões: a moral, a intelectual, e a estética. Para CARMO (2006), esse preconceito é reforçado através de atribuições negativas, piadas e brincadeiras. [...] Reside no âmbito da subjetividade, é aprendido junto com outras pessoas, no convívio social. Quem já não ouviu na sua experiência de vida, frases, “piadianhas”, apelidos voltados para as pessoas negras, que associam a sua aparência física, ou seja, cor de pele, tipo de cabelo, tipo de corpo, a um lugar de inferioridade? Aprendemos tudo isso na sociedade: família, escola, trabalho, mídia, entre outros. Neste trabalho vou me deter no espaço escolar.

Assim, a definição de raça como uma construção social implica a denúncia da existência e atuação de um sistema complexo de hierarquização social que utiliza características biológicas específicas como marcadores de diferenças e desigualdades hierárquicas entre grupos humanos, sistema este denominado racismo, em consonância com Lopes e Werneck (2000).

O racismo, o sexismo, o adultismo que temos em nós se manifesta de forma sutil, não é necessariamente intencional e percebido, mas dói, é sofrido por quem os recebe, então são violências. E marca de forma indelével as vítimas, que de alguma

forma somos todos nós, mas sempre alguns, mais que os outros, como as mulheres, os negros, os mais jovens e os mais pobres. (CASTRO, 2004).

É preciso adotar ações afirmativas e um modelo de desenvolvimento que inclua os afrodescendentes para combater o racismo de maneira eficaz. Muitos estudantes usam vários adjetivos para negar sua identidade. Dizem que são morenos, mulatos, pardos... Porque ser negro não é valorizado socialmente. O racismo existe, porém para muitos ainda é visto com superficialidade. Piadas e frases de cunho racistas muitas vezes são vistas como “brincadeira”. Culpar os negros pelo racismo também é comum. A posição de “suposta neutralidade” só contribui ainda mais para aumentar as desigualdades e o racismo. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país.

Gomes (2003) afirma que construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pela população negra brasileira. Será que na escola, estamos atentos a essa questão?

A história de luta dos movimentos negros é marcada por ações que visam a erradicação do racismo das estruturas do Estado brasileiro, a superação das desigualdades raciais através da garantia dos direitos e o aperfeiçoamento da democracia brasileira. Os movimentos atuaram decisivamente para o enfrentamento do racismo, especialmente na revisão da Constituição brasileira em 1988 e por ocasião da III Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, Xenofobia e Formas Correlatas de intolerância em 2001 e na criação da SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2003.

Na Constituição de 1988 estes movimentos conseguiram construir um conjunto de medidas que visavam erradicar as desigualdades e consolidar

direitos, a exemplo dos direitos à saúde, à educação, à moradia e à terra e da criminalização do racismo, atingindo em cheio o racismo institucionalizado nas práticas do estado brasileiro.

A Constituição Federal estabelece que todos os cidadãos são iguais perante a lei. Há um conjunto jurídico composto de documentos legais relacionados aqui que asseguram tratamento e acesso igual à Educação para brasileiros e brasileiras indistintamente. Há vozes que defendem a tese de que o elogio da mestiçagem brasileira tem caráter ideológico, tendendo a esconder o racismo existente no país e a exclusão do negro ao longo dos cinco séculos de formação do Brasil. Esse é o pensamento do antropólogo Kabengele Munanga em seu “Rediscutindo a mestiçagem no Brasil” (2004). É necessário sensibilidade sobre a realidade racial brasileira e os enormes abismos raciais que nos cercam. Segundo Munanga (2004) combater o racismo é um grande desafio para a Educação, mas certamente é uma batalha da qual precisamos lutar.

Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas.

Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade [...] é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. Enfim, capazes de deixar aflorar os preconceitos escondidos na estrutura profunda do nosso psiquismo (MUNANGA, 2005, p.19)

A Educação, em sentido amplo, é

“um conjunto dos processos envolvidos na socialização dos indivíduos, correspondendo, portanto, a uma parte constitutiva de qualquer sistema cultural de um povo, englobando mecanismos

que visam à sua reprodução, perpetuação e/ou mudança” (LUCIANO, 2006, p. 129).

Segundo Silva (1987), identificar e corrigir a ideologia, ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da autoestima, do autoconceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade.

Na perspectiva da educação escolar, as práticas cotidianas podem determinar tanto a manutenção e reprodução de preconceitos, quanto a mudança de paradigmas e a construção de novos valores a partir do respeito às diferenças e da promoção da igualdade.

[...] O sistema educacional brasileiro, da mesma forma que as demais instituições sociais, está repleto de práticas racistas, discriminatórias e preconceituosas, o que gesta em muitos momentos, um cotidiano escolar prejudicial para o desenvolvimento emocional e cognitivo de todas as crianças e adolescentes, em especial as consideradas diferentes – com destaque para os pertencentes a população negra. (CAVALLEIRO, 2005, p.68).

Muitos estudantes negros não se sentem inseridos dentro do ambiente escolar e o abandonam. Diante desta situação, torna-se cada vez mais urgente a necessidade de se discutir o preconceito e o racismo dentro da escola. O racismo, seja ele individual, institucional ou cultural, deve ser combatido em todas as esferas sociais. Para a superação do racismo, é urgente trabalhar numa perspectiva de Educação para o respeito à diversidade étnico-racial.

Segundo as Orientações Pedagógicas sobre História e Cultura Afro-Brasileira (2012), a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la e lidar positivamente com a mesma afim de trabalhar a autoestima desses estudantes. A Educação voltada para as relações étnico-raciais deve se fundamentar na construção de um projeto de sociedade comum a todas e todos, onde prevaleça a troca de conhecimentos e a quebra de desconfianças

entre brancos, negros e indígenas. É preciso garantir os mesmos direitos a todas e todos os cidadãos brasileiros.

Conforme artigo 205 da Constituição Federal; a educação, direito de todos e dever do Estado, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda segundo as Orientações Pedagógicas sobre História e Cultura Afro-Brasileira (2012):

Essa Educação implica uma reeducação das relações sociais, o que é papel não só da escola, mas também de toda a sociedade. No entanto, a escola tem a função preponderante de zelar pela constituição plena do ser, em sua integridade, e nenhum ser pode se constituir de forma integral discriminando e sendo discriminado. (Orientações Pedagógicas sobre História e Cultura Afro-Brasileira, 2012)

Para ser bem-sucedida na Educação para as relações étnico-raciais, a escola, além de desconstruir o racismo e combater a discriminação, tem que planejar suas ações com vistas a garantir que as temáticas da diversidade étnico-racial estejam presentes no cotidiano escolar. Orientações Pedagógicas (2012)

Por isso, a escola tem que ser um espaço exemplar, um lugar onde o racismo não só deva ser proibido, porém entendido como algo sem sentido e prejudicial ao funcionamento da escola e também da sociedade. Até que o racismo fique cada vez mais restrito à mente dos preconceituosos, chegando ao estágio em que ele não faça mais sentido e seja eliminado.

A Educação, na perspectiva formal, é uma questão de direito humano, se ensina e se aprende lado a lado, por meio da construção de conhecimentos na diversidade. Como afirma Paulo Freire, “educar-se é encharcar de sentido cada ato da vida cotidiana”.

Capítulo 2. A Importância da Lei 10.639/03 para Combater o Racismo

A lei 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura-Afro-Brasileira”, causou um grande impacto ao alterar a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Essa lei vem combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros, propondo o reconhecimento e adoção de políticas educacionais e de estratégias de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial. Esse reconhecimento está pautado pela prática do respeito à diversidade. Como retrata as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana:

Reconhecer exige valorização e respeito às pessoas negras, a sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores, lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo

incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana (BRASIL, 2004).

Há onze anos que a lei 10.639/03 vem fazer com que as instituições escolares do país repensem na forma de organização curricular, metodológica e recursos didáticos para aflorar a prática de ensino/aprendizagem sobre a temática da história e cultura afro-brasileira e africana.

Para a promoção da autoestima do educando negro é preciso que sejam desenvolvidas ações de comprometimento da escola com uma sociedade plural, através de práticas metodológicas que estimulem a compreensão e respeito às diferenças dos indivíduos e suas culturas. E num segundo momento, que a criança se reconheça nas histórias presenciadas nos livros didáticos e, conseqüentemente, no cotidiano escolar.

A desvalorização da imagem do negro em nossa sociedade vem perpassando momentos importantes da história do país, desde o Brasil Colônia, Império e República.

Nos âmbitos sociais acontecem frequentemente falta de respeito e valorização à cultura, história e identidade da população afrodescendente. E esse reconhecimento imposto pela lei 10.639/03 é uma conquista obtida através de muita luta dos Movimentos Negros por políticas de reparação e valorização de sua história, cultura e identidade. Como nos mostra Silva (2011):

Identifico como uma das maiores contribuições do Movimento Negro para o desenvolvimento social do povo negro, a sua luta constante pela conquista da educação [...]. Uma retrospectiva do processo educativo do Movimento Negro torna evidente o seu esforço para instituir uma educação que contemple o processo civilizatório e desenvolva a identidade e a autoestima negras (SILVA, 2011)

A educação foi uma das maiores conquistas que o Movimento Negro obteve para o povo negro. Atualmente, a luta se amplia com a ênfase no resgate da identidade étnica e a convivência numa sociedade que respeite as diferenças culturais.

A luta dos movimentos negros brasileiros contemporâneos, que enfatiza muito o resgate de sua identidade étnica e a construção de uma sociedade plurirracial e pluricultural no qual o mulato possa solidarizar-se com o negro, em vez de ver suas conquistas drenadas no grupo branco, desmente a ideia de uma identidade mestiça conscientemente consolidada (MUNANGA, 2006, p.118)

De acordo com Oliveira (2010), citando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004), a abordagem dos conteúdos para o ensino de cultura e história devem trabalhar de maneira que toda a criança respeite sua cultura.

O ensino de cultura Afro-brasileira destacará o jeito próprio de ser, viver e pensar manifestado tanto no dia a dia, quanto em celebrações como congadas, moçambiques, ensaios, maracatus, rodas de samba, entre outras. Iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do movimento negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprias de cada região e localidade (OLIVEIRA, 2010).

A lei 10.639/03 também determina que o dia 20 de novembro deverá ser incluído no calendário escolar como dia Nacional da Consciência Negra. Toda essa nova leitura sobre o negro se deve principalmente à luta da Comunidade Negra e dos Movimentos Negros de todo Brasil.

A visão da “democracia racial” ainda tenta apresentar para a sociedade a ideia de que os diferentes grupos étnico-raciais no Brasil existentes viveram e ainda vivem harmoniosamente, diferente da resistência dos outros países. Daí a importância de Zumbi dos Palmares, sua representação ativa e rebelde se contrapõe a toda essa ideia instituída pelo branco. (Cardoso, 2006)

A partir da década de 70, Zumbi passou a ser valorizado no contexto de luta contra o mito da “democracia racial”, auxiliando na desmistificação que a história apregoa sobre o tipo de relações raciais desenvolvidas no Brasil,

como sendo uma escravidão pouco violenta e de resistências sem tanta importância. (Cardoso, 2006). A imagem de Zumbi não só representa a resistência negra, mas, contribui também, para que negros e brancos compreendam, aceitem e reconheçam as diferenças humanas.

Após a lei 10.639/2003, adveio a lei 11.645/2008, para complementar a primeira, no que se refere ao ensino da Cultura Indígena. Essa lei torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino Fundamental e Médio, públicos e privados, o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Eis o que diz a lei:

Art. 1º O art. 26-A da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

Considerando a área da educação estratégica para a construção de uma sociedade mais justa e com igualdade de direitos para todas as pessoas, é essencial a aplicação desta lei em todas as escolas deste país. Tanto a lei 10.639/03 quanto a lei 11.645/08 são uma conquista importante para a educação brasileira, porque pode contribuir para a formação de cidadãos, conscientes e combatentes do racismo e todas as formas de discriminação, ajudando a formar uma sociedade que respeita a diversidade brasileira.

3 - MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para alcançar os objetivos propostos, bem como responder às questões da pesquisa, a metodologia deste trabalho foi a produção de dados quantitativos e qualitativos. O uso de métodos qualitativos trouxe importantes contribuições aos estudos sobre educação tais como posturas investigativas mais flexíveis e mais bem adequadas aos estudos de processos micro-sócio-psicológicos e culturais trazendo a tona processos até então ocultos pelos estudos quantitativos; dando destaque aos enfoques multi/inter/transdisciplinares e a tratamentos multidimensionais, além da ênfase sobre o ponto de vista dos atores em educação e a importância do controle de interferências da subjetividade no processo de pesquisa. Possibilitou ainda grandes avanços no tocante à compreensão dos processos de produção do fracasso escolar bem como de questões ligadas a preconceitos sociais e sócio cognitivos e ao debate acerca da diversidade e equidade (ANDRÉ; GATTI, 2001).

Esta pesquisa buscou identificar ao longo do processo histórico e social de construção do racismo por quase quatro séculos em nosso país, o impacto da lei 10.639/03 como ferramenta fundamental na educação antirracista e para a valorização e resgate da autoestima de estudantes negros/as do Ensino Médio.

Para isso, foram analisados a lei 10.639/03 e sua aplicação através de um projeto construído durante o ano letivo de 2013 e que teve culminância no dia 20 de novembro. Pretendeu-se provar que quando a lei é trabalhada apropriadamente, há a promoção de uma educação antirracista, que beneficia estudantes negros/as, resgatando sua autoestima. Projeto dessa dimensão também trabalha com alunos não negros, formando novos cidadãos atentos, conscientes e capazes de enfrentar o racismo.

Por fim, pretendeu-se mostrar também que o racismo é um mal que assola a sociedade brasileira, mas que é possível combatê-la com projetos amparados pela lei 10.639/03 e indicar ações necessárias para o combate ao racismo.

Após revisão da literatura e ampla coleta de dados, a pesquisa visou identificar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, como percebem, o

que pensam e como agem os/as estudantes negros/as e não negro/as em relação ao racismo e o seu combate.

A partir dos dados coletados, a pesquisa seguiu procurando estabelecer se de fato há uma relação entre racismo na escola e baixa autoestima de estudantes negros/as. Fundamental salientar a importância da busca por pressupostos teóricos por meio de fontes que possam embasar e direcionar a coleta de dados bem como análise documental a partir de pesquisa bibliográfica, Leis, Pareceres, Planos, Projetos Pedagógicos, Planos de ação, dentre outros.

Objetivamente, foram feitas entrevistas com alunos que realmente estiveram engajados no projeto “Lápis cor de pele – qual pele?”, no ano de 2013. Foi realizada ainda uma análise conclusiva comprovando que com a valorização da cultura afro-brasileira durante todo o ano letivo, através da lei 10.639/03, é possível diminuir o preconceito e elevar a autoestima principalmente de estudantes negro/as no ensino médio.

A escola no qual o projeto foi realizado localiza-se na cidade satélite de Ceilândia. O Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia fica localizado na Área Especial da Ceilândia Norte, ao lado da Regional de Ensino. A escola foi inaugurada em setembro de 1973, tendo completado 40 anos de existência no ano passado. O terreno é cercado em todo seu perímetro por um muro, mas a comunidade tem acesso às quadras de esporte.

É considerada uma escola grande. A estrutura física da escola é muito boa. Dentro da escola, existe bastante espaço verde, árvores frutíferas e plantas ornamentais. Existe uma preocupação da direção em manter a conservação do espaço físico. Existem quatro blocos de salas de aula, totalizando 35 salas. Logo à direita da entrada fica a Sala de Direção, Sala de Apoio Administrativo, a Sala dos Professores, um banheiro para deficientes. A escola recebe vários alunos com deficiências variadas: deficientes físicos, auditivos, intelectuais, TDAH, DPAC, tendo suporte físico e pedagógico para estes, além de ter Salas de Recursos para os Deficientes Auditivos e Sala de Recursos generalistas. A biblioteca é espaçosa e abriga livros atualizados. No final do corredor tem a Sala de Coordenação, onde são realizadas as coordenações pedagógicas do corpo docente da escola. Do lado esquerdo de

quem entra na escola fica a Secretaria, a Mecnografia, Salas de Orientação e diversos Laboratórios, incluindo o de informática, física, química e biologia. Existe um Centro Cultural e um auditório, onde são feitos vários eventos pedagógicos durante o ano letivo.

A escola possui a cantina onde são servidos o lanche oferecido pela Secretaria de Educação e uma lanchonete, com lanches pagos. Também existe uma área coberta, com várias mesas e cadeiras, onde os estudantes lancham e socializam durante o intervalo.

Analisando os recursos em uso na escola, constatamos a existência dos seguintes equipamentos: computadores, vários televisores móveis com dvds, Data Show, Lousa digital, aparelhos de som, máquina de xerox, mapas, computadores para usos dos professores, secretaria e coordenação, impressoras, Data show portátil e retroprojetores.

O perfil sócio-econômico dos estudantes é bastante heterogêneo. Existe um grupo de estudantes que fazem parte de uma classe média ascendente, moram em casa própria, os pais tem carro, eles possuem celular, mas outra parcela de alunos estão em situação sócio-econômica precária e os pais recebem auxilio do governo, como bolsa família. Alguns alunos ainda possuem problemas relacionados à violência, drogas, abandono, entre outros.

O CEM 2 atualmente oferece ensino para o 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ano do EM no turno vespertino, 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio nos turnos matutino e noturno, totalizando aproximadamente 2280 estudantes nos três turnos.

Capítulo 3. O Projeto “Lápis cor de pele – qual pele?”

O objetivo deste capítulo é apresentar os resultados da pesquisa quantitativa e qualitativa realizada através de questionário com os estudantes do 2º ano do Ensino Médio. A escolha deste grupo de estudantes foi motivada pelo fato de 49% deles serem meus ex-alunos no 1º ano em 2013, tendo participado do projeto “Lápis cor de pele – qual pele?”.

Primeiramente entrevistei todos os alunos presentes nas 14 turmas do 2º ano, turno matutino, com coleta dos dados quantitativos. Na ocasião todos os estudantes que estavam em sala de aula demonstraram interesse em participar e responderam ao questionário. Posteriormente, convidei os alunos que se autodeclararam pretos e pardos e que haviam participado do projeto no ano passado. Dos 217 alunos que foram meus estudantes no ano passado, e que portanto participaram do projeto, 85 foram muito receptivos e se dispuseram a responder o segundo questionário, que tinha mais perguntas abertas. Os estudantes saíram de sala e foram para um local reservado para que pudessem responder ao questionário.

O Projeto “Lápis cor de pele – qual pele?” foi realizado durante o ano de 2013 e culminou no dia 20 de novembro, conforme recomendação da lei 10.639/03, que no artigo 79-B, inclui o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” no currículo escolar. Um dos objetivos propostos pelo projeto era o de proporcionar aos estudantes sentirem-se parte do processo histórico, como sujeitos transformadores da realidade.

A essência do racismo parece não ter mudado. O que mudou foram suas formas de expressão. Embora hoje em dia as manifestações sejam mais sutis, elas continuam aparecendo com força. Nunca é demais falar sobre raça e racismo no Brasil, até porque muito ainda precisa ser dito para que se avance nesse debate e para que ele se transforme, efetivamente, em ações concretas de educação antirracista e de uma sociedade atenta e ativa contra suas causas e seus efeitos.

Por fim, buscamos fazer com que o aluno entenda que:

O Brasil, país multi-étnico e pluricultural, [...] em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, ideias e comportamentos que lhe são adversos. (BRASIL, 2004, p. 18)

Sabe-se que somente uma lei não irá mudar a realidade do país, mas o silêncio que reinou durante décadas dentro da escola sobre a questão do negro, também não resultou em mudanças. Em muitos casos o silêncio

corroborar para a manutenção de diversas manifestações racistas, seja através de “piadinhas” ou frases que menosprezam e desqualificam negros e negras. Foi somente com a lei que começou-se a colocar em prática políticas educacionais com a intenção de efetivamente combater o racismo nas escolas. A implementação da lei 10.639/03 trouxe benefícios a todos, principalmente aos estudantes negros, que eram e muitos vezes ainda são tratados como “seres inferiores”. Portanto a lei é um passo importante e deve ser colocada em prática em todas as instituições escolares do Brasil.

Sobre a Educação das Relações Étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para a aprendizagem [...] todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (BRASIL, 2007, p. 29)

Há um Brasil antes e um Brasil depois da lei 10.639/03. Racismo não se elimina com leis, mas certamente ajudam, como já fez muita diferença nesses 11 anos da lei 10.639/03.

Apresentação e Análise dos Dados Levantados

O total de alunos do 2º ano do matutino do Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia que responderam ao questionário entre os dias 22 e 25 de abril de 2014 foi de 446. Os estudantes responderam ao primeiro questionário dentro de suas próprias salas. Os primeiros quatro gráficos e tabelas apenas descrevem a composição dos entrevistados por perfil de gênero, etário, residência e onde estudavam no último ano letivo.

Tabela 1. Sexo dos estudantes.

	Nº.	%
Total de estudantes	446	100
Masculino	210	47
Feminino	235	53

Gráfico 1 – Demonstrativo Tabela 1

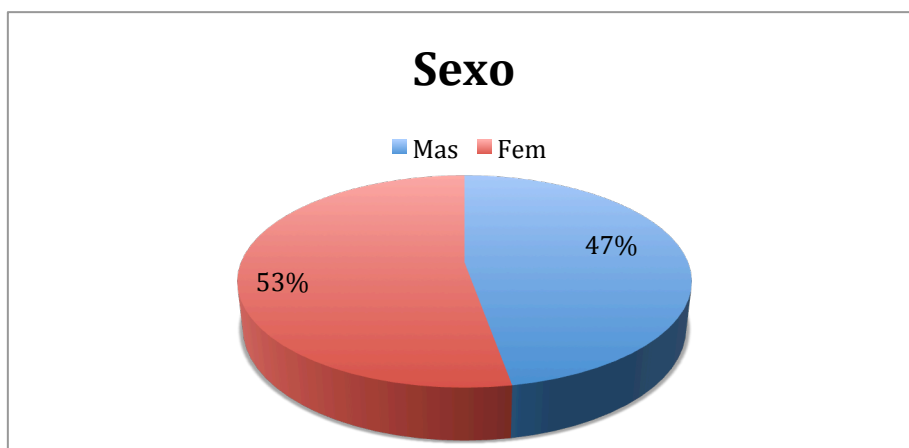


Tabela 2. Faixa etária dos estudantes.

	N ^o .	%
Total de estudantes	446	100
Menos de 14 anos	1	0
Entre 14-16 anos	286	64
Entre 17 e 19 anos	152	34
Mais de 19 anos	7	2

Gráfico 2 – Demonstrativo Tabela 2

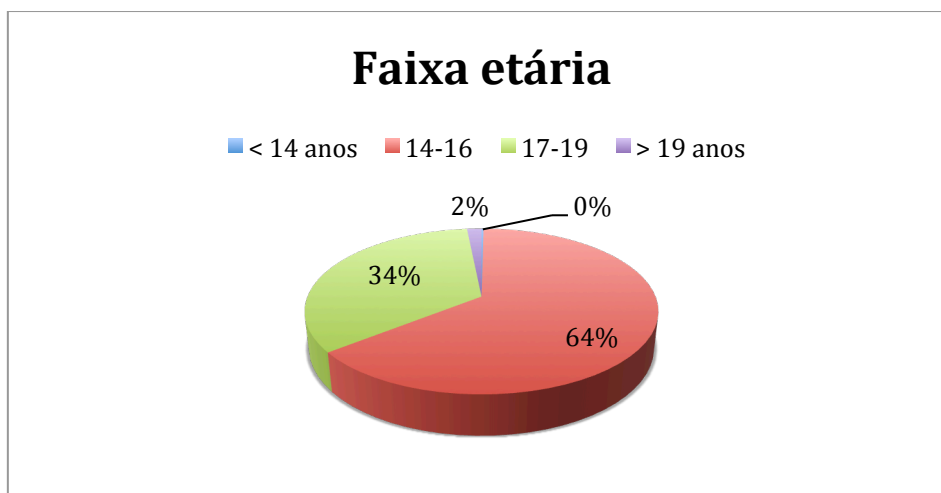


Tabela 3. Cidade em que reside

	N ^o .	%
Total de estudantes	446	100
Ceilândia	361	81
Outras	66	15
Sem Resposta	19	4

Gráfico 3 – Demonstrativo Tabela 3

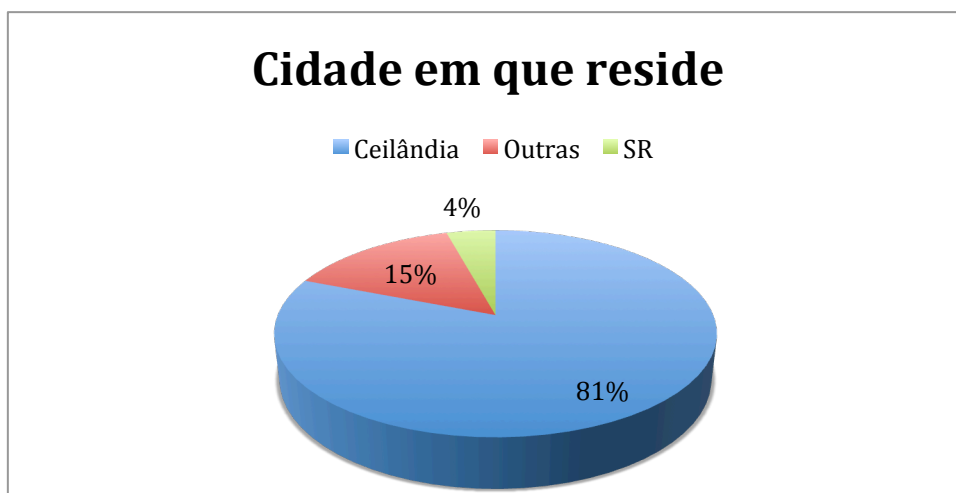
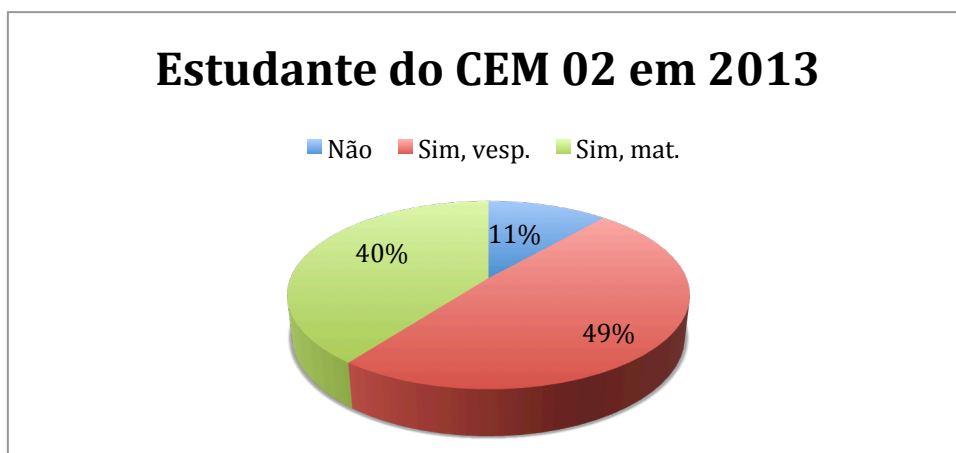


Tabela 4 – Você era estudante do CEM 02 no ano passado?

	N.º	%
Total de estudantes	446	100
Não	51	11
Sim, vespertino	217	49
Sim, matutino	176	40

Gráfico 4 – Demonstrativo da Tabela 4



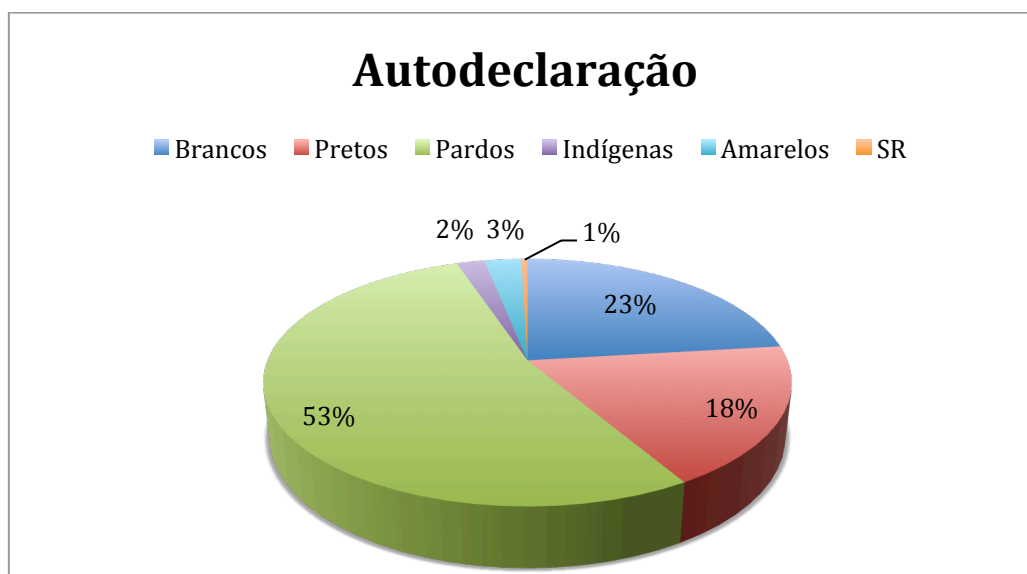
Entre os entrevistados, encontramos o seguinte cenário de auto-identificação: 71% se autodeclararam negros (53% pardos e 18% pretos), 23% brancos, 3% amarelos e 2% indígenas.

Interessante observar que segundo o censo do IBGE amarelos são aqueles que se declaram de origem asiática (japoneses, coreanos e chineses). No entanto, entre os estudantes que responderam ao questionário, em observação feita por mim, nenhum deles tinha características de oriental.

Tabela 5 – Como você se autodeclara?

	N ^o .	%
Total de estudantes	446	100
Branco	103	23
Preto	82	18
Pardo	238	53
Indígena	9	2
Amarelo	12	3
Sem Resposta	2	1

Gráfico 5 – Demonstrativo Tabela 5



Na tabela e no gráfico 6, que revelam os dados acerca da opinião dos estudantes sobre a existência de racismo no Brasil, os resultados revelam que a maioria absoluta dos entrevistados (96%) consideravam a existência de expressões de racismo em nossa sociedade.

Tabela 6 – Você considera o Brasil um país racista?

	N ^o .	%
Total de estudantes	446	100
Não	14	3
Sim, de maneira sutil e disfarçada	301	67
Sim, de maneira aberta	128	29
Sem Resposta	3	1

Gráfico 6 – Referente a tabela 6



Com resultados muito similares, apresentando uma pequena divergência, os alunos também afirmavam que a escola é um espaço marcado por práticas e expressões de racismo. Dos que responderam ao questionário, 96% apontavam para existência de casos de racismo nos ambientes escolares.

Tabela 7 – Você acha que há racismo nas escolas?

	N.º	%
Total de estudantes	446	100
Não	19	4
Sim, de maneira sutil e disfarçada	309	70
Sim, de maneira aberta	117	26

Gráfico 7 – Demonstrativo Tabela 7

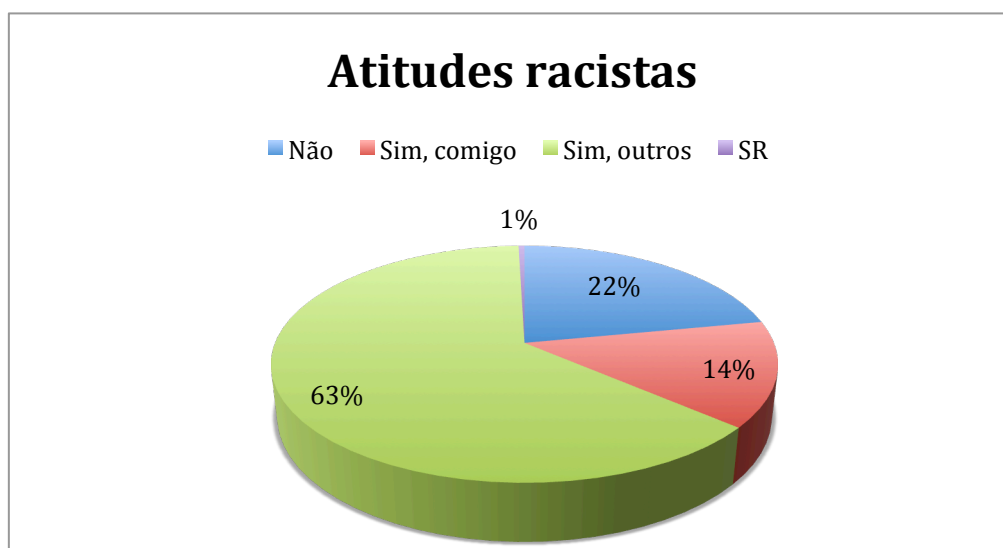


Apesar das afirmações anteriores, o número de estudantes que testemunharam casos ou atitudes racistas foi um pouco menor do que o daqueles que afirmaram existir racismo na sociedade e na escola: 77%. Independente da variação, o dado é impactante e desconcertante.

Tabela 8 – Já presenciou alguma atitude racista?

	N ^o .	%
Total de estudantes	446	100
Não	98	22
Sim, aconteceu comigo	64	14
Sim, presenciei com outros	282	63
Sem Resposta	2	1

Gráfico 8 – Demonstrativo Tabela 8



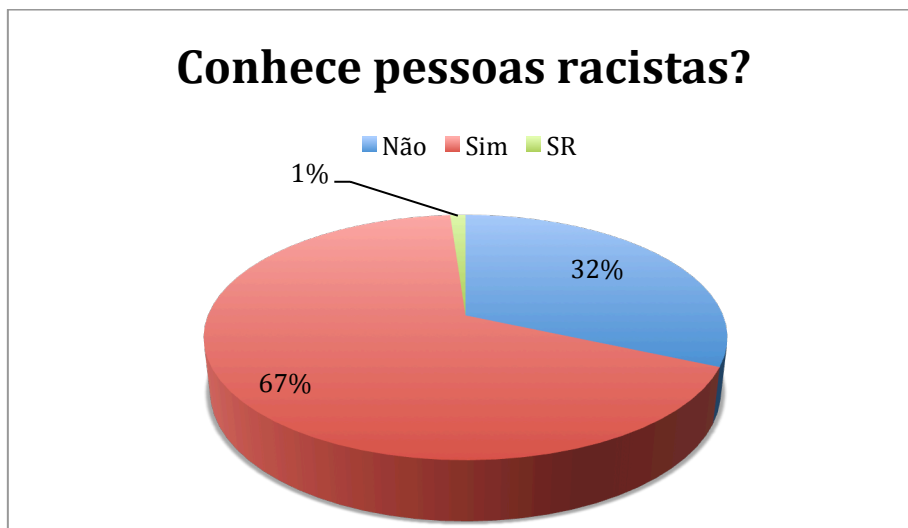
O número de estudantes que afirmaram conhecer pessoas racistas é também muito expressivo: 67%. Ao mesmo tempo é preciso fazer uma reflexão sobre quem é considerado racista. Nos debates realizados durante a realização do projeto do ano passado, muitos estudantes não reconheciam “piadas” ou comentários agressivos como sendo manifestações de racismo. Para muitos, era apenas uma “brincadeira”.

Na tabela 10 serão apresentados alguns exemplos dos próprios estudantes.

Tabela 9 – Você conhece pessoas racistas?

	N ^o .	%
Total de estudantes	446	100
Não	141	32
Sim	300	67
SR	5	1

Gráfico 9 – Demonstrativo Tabela 9



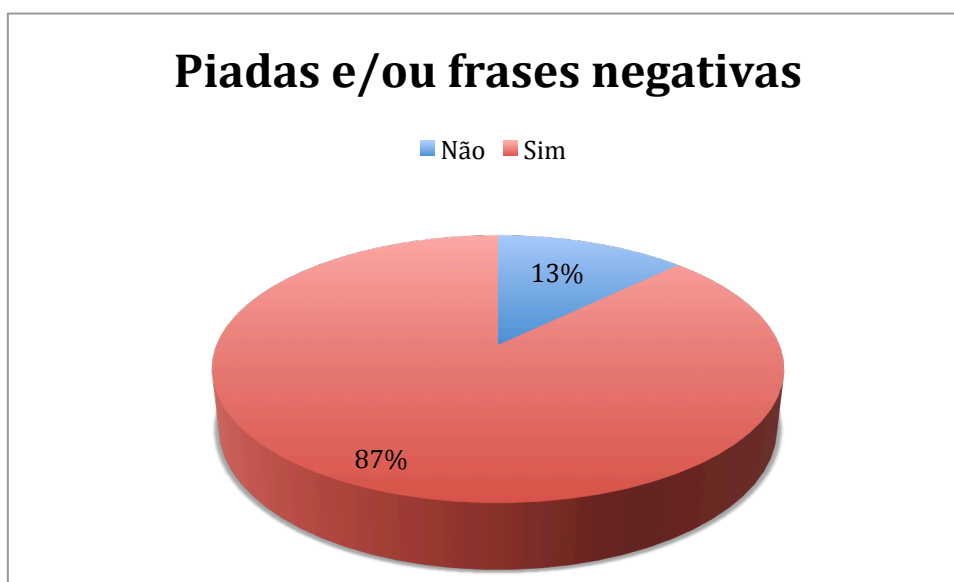
Uma das expressões mais comuns de racismo produzidas entre os estudantes ou relacionadas às suas relações interpessoais, refere-se as enunciações de anedotas envolvendo a condição étnico-racial ou de cor. Entre os alunos 87% afirmaram ter escutado piadas racistas.

Por trás das piadas racistas há uma intenção de buscar a padronização de um “ideal branco”, o que tem impactos negativos, especialmente, entre os jovens negros. Esse tipo de piada, de “brincadeira”, que não é inocente, apesar de muitas vezes parecer apenas uma “brincadeira”, tem o objetivo de inferiorizar, humilhar, de desqualificar e marginalizar essa parcela da população. A tendência é que esses jovens se sintam inferiores e tenham mais dificuldade para aprender. Como diz Munanga (2005): “Há palavras que fazem sofrer, porque se transformam em códigos do ódio e da intolerância”.

Tabela 10 – Você já ouviu piadas e/ou frases relacionadas aos negros?

	N ^o .	%
Total de estudantes	446	100
Não	57	13
Sim	389	87

Gráfico 10 – Demonstrativo Tabela 10



Neste item foi solicitado ainda para que cada estudante desse um exemplo de piadas e/ou frases negativas relacionadas aos negros. As respostas foram separadas de acordo com o sexo declarado no questionário. A intenção dessa separação era observar se meninos ou meninas sabiam mais piadas e/ou frases negativas e comparar o grau de “violência simbólica”. Mas ao que tudo indica, tanto meninos quanto meninas aprendem a ter preconceito na mesma intensidade.

Resposta das Meninas

“Raça ruim é negro”.	“Olha o asfalto vindo ali”.
“Olha o carvãozinho”.	“Capa do Batman”.
“Cuzcuz queimado”.	“Preto é gente, mas é sem educação”.
“O que essa “preta” quer aqui?”	“Negro quando não caga na entrada, fede na saída”.
“Não fale com ele, pois ele é negro”.	“Eu adoro negros, pena que pararam de vender”.
“Negro não merece lugar no mundo”.	“Raça ruim é essa de negro”.
“Sai de perto de mim chocolate”.	“Preto encardido”.
“Feijão”.	“Seu preto nojento”.
“Preto como a noite”.	“Sua mãe é tão preta que ao invés de sair leite do peito dela, sai nescau”.
“Você parece aquelas negras macumbeyras com esse cabelo de aço”.	“Os negros são todos ladrões”. “Macaco africano”.
“Serviço de negro”.	“Picolé de asfalto”.
“Você parece um picolé de graxa”.	“Negro só serve para ser escravo”.
“Aquele pretinho do cabelo ruim”.	“Aquele negro é tão preto que nem se vê no escuro”.
“Cuidado com a bolsa, tem um negro por perto”.	“Fazer serviço de preto”.
“Negros são como lixo e devem ser eliminados”.	“Negro sujo”. “Preto sujo”.
“Seu preto velho fedorento”.	“Só casa com minha filha, se for um homem branco”.
“Escravo africano”.	“Os negros são burros e inúteis”.
“Suco de petróleo”.	“Esse negro abusado, o que ele quer aqui?”.
“Preto igual ao fundo do obscuro”.	“Serviço de preto é sempre o pior”.
“Batatinha quando nasce esparrama pelo chão, volte para a África, com seu pai, sua mãe e seu irmão”.	“Qual é a diferença entre uma mulher grávida negra e um carro quebrado? Não tem diferença porque ambos estão esperando um macaco.”
“Por que o “kinder ovo” é preto por fora e branco por dentro? Porque se fosse preto por dentro ia vir sem o brinquedinho”.	“Aquele preto fedido sujo”.

“Pega esse cacho de banana, seu macaco”.	“Eu não gosto daquele preto”.
“Você é tão negro que come chocolate com luvas brancas para não comer as mãos”.	“Dizem que negro é sempre bandido”.
“É negro e tem o cabelo ruim, cabelo pixaim”.	“Negrinha burra e inútil”.
“Preto parado é suspeito, preto correndo é ladrão”.	“Preto safado”.
“Negro só é gente quando está no banheiro”.	“Não quero aquele neguinho no meu grupo”.
“Você ficou tanto tempo no sol, foi?”	“Negro tem que ser escravo mesmo”.
Neguinho da demacol”.	“É burro, por isso é negro”.
“Nega do cabelo duro”.	“Neguinho da favela”.
“Não tomo café pra não dar ousadia a preto!”	“Você é tão preto que o seu hidratante é piche”.
“Os negros não tem capacidade de coisas melhores”.	“Seu nego, vai pra África”.
“O mundo seria melhor se não existissem negros”.	“Se você ficar atrás da lona preta só vamos ver sua blusa flutuando”.
“Pão queimado”.	“Cabelo de Bombril”.
“Africano”.	“Como fazer para colocar 10 negros dentro de um fusca? Jogar um pão lá dentro”.
“Negro não tem capacidade de crescer na vida”.	“Lugar de preto é na cadeia”.
“Os negros tinham que morar na selva”.	“Você é negro e é melhor eu esconder meu celular”.
“Negra da macumba, você nasceu pra ser escrava. Sua preta!”	“Negrinho do pastoreiro”.
“Negros só sabem ler imagem”. Negros são pessoas sujas e sem caráter”.	“Fazendo negrice”. Quando o cabelo não é liso, falam que é cabelo de negro”.
“Sabonete de mecânico”.	“Neguinho da beija-flor”.
“Sua mãe bebia petróleo quando estava grávida?”	“O negro é marginal, estuprador etc”.
“Todo preto é pobre e sem educação”.	“Volta pro teu quilombo”. “Tu é sujo”.
“Não vou ficar perto dele(a) porque não tem minha cor”.	“Qual a diferença entre um negro e um pote de merda? O pote”.

A reprodução dessas respostas permitiu que identificássemos estudantes que, apesar de afirmarem nas respostas anteriores não terem presenciado atitudes racistas ou não conhecerem pessoas racistas, acabaram por testemunhar piadas ou comentários racistas. Isso revela a dificuldade que muitas alunas e alunos têm em realizar as necessárias associações ou reconhecimento das expressões de racismo.

Este foi o caso de uma aluna que se autodeclarou preta, considerava o Brasil racista e dizia haver racismo nas escolas. No entanto ela afirmou nunca ter presenciado atitudes racistas e não conhecer pessoas racistas. Apesar disso, ela afirmou ter escutado a seguinte frase: “Sua mãe bebia petróleo quando estava grávida?”

Outra aluna que se autodeclarou preta, afirmou que o Brasil é racista e que há racismo nas escolas e disse ter presenciado atitudes racistas com os outros. Apesar de não conhecer pessoas racistas, anotou a seguinte frase:

“E aí tumor... precisa tomar banho de quiboa!”.

Nas respostas elaboradas pelos meninos, encontramos o seguintes cenário:

“E aí babuíno, macaco preto”.	“Capa do Batman”.
“Derrapada de opala”.	“Derrapada de caminhão”.
“Derrapada de mobilete”.	“Derrapada de carroça”.
“Cuzcuz queimado”.	“Preto é tudo escroto mesmo”.
“Isso é coisa de preto”.	“Só podia ser negro!”
“Nego feio”.	“Olha o neguinho da favela”.
“Ele não consegue fazer....porque é negro”.	“Carvão”.
“Pessoas negras não devem falar comigo, porque sou branco”.	“A cor você já tem, só falta trabalhar como escravo”.
“E aí, Piche”.	“Bandaíd” de negro é fita isolante”.
“Se apagar a luz, ele desaparece”.	“Nego tição”.
“Todo preto é ladrão”.	“Você é tão negro que o asfalto perto de você é claro”.
“Preto vagabundo”.	“Ecuridão da meia noite”.
“Suco de pneu”.	“Negro só serve para ser escravo”.

“E ai neguinho mostra a palma, porque está de noite”.	“Nega do sovaco cabeludo”.
“Um branco e um preto pulam de um prédio. Quem chega primeiro lá embaixo? O branco, porque na queda o preto para pra roubar os apartamentos”.	“Se você colocar uma banana em baixo de uma mulher negra grávida, o macaco sai pra pegar a banana”.
“Ficou muito tempo no forno”.	“E aí, negro café”.
“Ô seu nego preto!”	“O café era tão preto que quase me roubou”.
“Rei do pique-esconde (a noite)”.	“Se você tirar foto de preto no escuro ele não aparece”.
“Tapete de mecânico”.	“Sombra 3D”.
“O racismo começa quando a pomba branca é da paz e a galinha preta é da macumba”.	“Paqueta do Olodum”.
“Vai ser negro pra lá”.	“Você é tão preto que à noite só se vê os dentes”.
“Faça trabalho de branco, não de negro”.	“Negro além de assanhado, é bicho atrevido”.
“Neguinho fundo de panela”.	“Lugar de negros não é aqui”.
“Negro só serve para ser lixeiro”.	“Aquele ali não presta, só podia ser negro”.
“Quando uma pessoa negra está correndo, dizem que é um ladrão”.	“Branco correndo é atleta, preto correndo é ladrão”.
“O que é um ponto preto na mancha branca? Barack Obama”	“Você é negro, sai daqui”.
“Quilombo”	“Múmia de fita isolante”.
“Você não pode trabalhar aqui porque é negro”.	“Biscoito negresco”.
“Qual a diferença entre um negro e um pote de merda? O pote não te rouba”.	“Milk Shake de petróleo”.
“Tinha que ser preto pra fazer esse serviço sujo”.	“Nego bom é nego no tronco”.
“Preto bom é preto morto”.	“Tinha um negro na piscina e disseram que tinha petróleo na piscina”.
“Negro já nasce sabendo roubar”.	“E aí, seu preto safado!”.
“Chamar o cara de rabicó preto, Vera Verão, Tio Barnabé...”	“Sai da sombra, que você fica camuflado”.

“Eu ia escrever aqui mas um negro roubou minha can...”	“Por que na África não passa globo esporte? Porque passa depois do almoço”.
“Na África não tem vidente porque “negro” não tem futuro”.	“Manequim de borracheiro”.
“Tudo de ruim é preto”.	“Ou nascemos humanos ou negros”.
“Zé gotinha da Petrobrás”.	“Lugar de negro é na cadeia”.
“Você ficou tempo demais na incubadora e ficou assim queimado”.	“Olha o chocolate, lá vem o blackout”.
“Todo preto é macumbeiro”.	“Suco de coca-cola”.

Um aluno que se autodeclarou preto, afirmou que o Brasil é racista e a escola também. Já presenciou atitudes racistas com outros e afirmou não conhecer pessoas racistas. Apesar disso, ele afirmou ter escutado a seguinte frase: “Lugar de negros não é aqui”.

Os estereótipos, a representação parcial e minimizada da realidade, conduzem o estereotipado e representado, em grande parte, à autorrejeição, à construção de uma baixa autoestima, à rejeição ao seu assemelhado, conduzindo-o à procura dos valores representados como universais, na ilusão de tornar-se aquele outro e de libertar-se da dominação e inferiorização. (SILVA, Ana Célia, 1987)

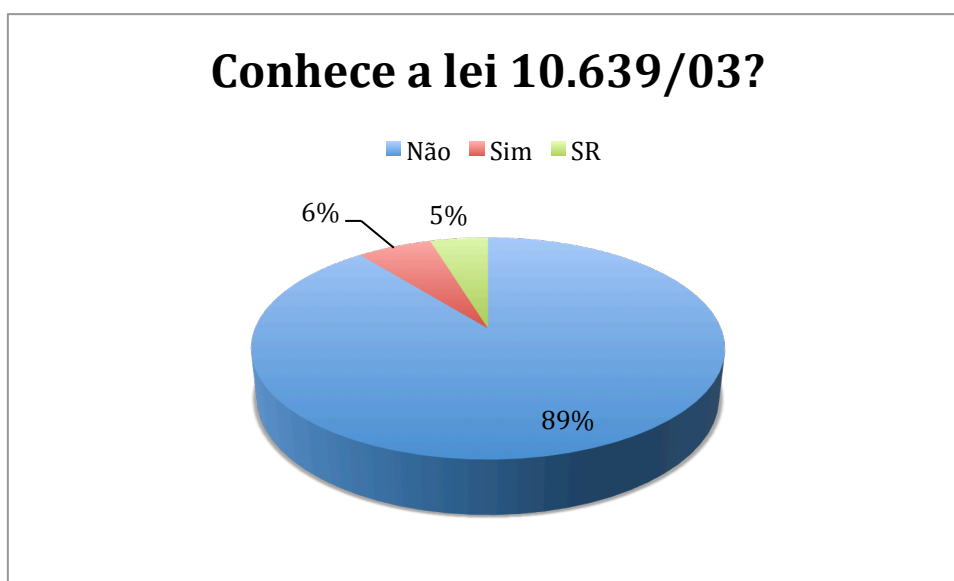
Na questão seguinte, os alunos foram inqueridos sobre a lei 10.639/03. Apenas 6% deles revelou conhecer a lei.

Sabe-se que o conhecimento da lei é importante para os educadores. Eles é que tem a obrigação de fazer cumprir a lei. Para os estudantes, é importante que tenham acesso não a lei, mas aos conteúdos que a lei indica que devem ser aplicados em sala de aula. O projeto foi uma das materializações possíveis da lei e foi relevante para eles.

Tabela 11 - Você conhece a Lei 10.639/03? É importante trabalhar a lei nas escolas?

	N.º	%
Total de estudantes	446	100
Não	398	89
Sim	27	6
SR	21	5

Gráfico 11 – Demonstrativo Tabela 11



Todos os estudantes que afirmaram conhecer a lei 10.639/03, disseram que é importante trabalhá-la nas escolas, como torna-se evidente nas respostas de alguns alunos, transcritas abaixo:

“A lei 10.639 diz que somos todos iguais perante a lei independente de sua raça, cor, sexo ou origem. É importante para sabermos conviver e respeitar a todos, inclusive com suas diferenças”. (Aluna parda do 2º D)

“A lei fala que o racismo é crime, e a igualdade racial é necessária. É importante para mostrar que somos todos iguais, não necessariamente diferentes pela cor (raça). Igualdade racial para vivermos em um mundo melhor”. (Aluna parda do 2º D)

“A lei 10.639/03 é a lei contra o racismo que é crime. É importante para acabar com o racismo em todos os lugares”. (Aluna parda do 2º F).

“A lei trata da inclusão da história dos negros e também sobre a Consciência Negra”. (Aluna parda do 2º G)

“A lei trata sobre o racismo, é usado para inibir o racismo quando denunciado. É importante porque é um bom jeito de se evitar o preconceito, pois se tratando de leis, os alunos respeitam mais”. (Aluno pardo do 2º G)

“A lei trata sobre a inclusão dos negros na sociedade, proibindo qualquer forma de racismo. É importante para conscientizar a todos, desde jovens”. (Aluno branco do 2º G)

“A lei é sobre o racismo nas escolas. É importante porque tem pessoas que desconhecem a lei”. (Aluno pardo do 2º G)

“A lei é sobre atitudes racistas que ocorre em todo o Brasil. É importante porque ainda existem pessoas que discriminam os negros e com esse conhecimento poderia diminuir de algum modo”. (Aluna parda do 2º G)

“A lei é sobre racismo e é importante para que os estudantes entendam que racismo é algo negativo”. (Aluna branca do 2º H)

“A lei obriga ou incentiva o ensino das nossas origens negras africanas. O racismo é aprendido, mas pode ser esquecido”. (Aluno pardo do 2º H)

“A lei é sobre racismo, preconceito etc. É importante para aprendermos que devemos respeitar os outros independente de cor, religião etc”. (Aluna indígena do 2º H)

Apesar de alguns estudantes terem confundido a lei 10.639/03 com o Estatuto da Igualdade Racial, ou até mesmo manifestarem dúvidas, todos estavam conscientes da importância de trabalharem sobre racismo, preconceito, discriminação e não calar-se diante de uma realidade que assola a sociedade brasileira, assim como a escola.

Efeitos da implementação da Lei 10.639/03

Na segunda parte do levantamento de dados, 39% dos estudantes que foram meus alunos no ano passado e portanto participaram do projeto “Lápis cor de pele – qual cor?”, se dispuseram a participar mais uma vez e responderam a outro questionário, totalizando 85 alunos.

Os primeiros três gráficos e tabelas apenas descrevem a composição dos entrevistados por perfil de gênero, etário e residência.

Tabela 12 - Sexo

	N ^o .	%
Total de estudantes	85	100
Feminino	50	59
Masculino	35	41

Gráfico 12 – Demonstrativo Tabela 12

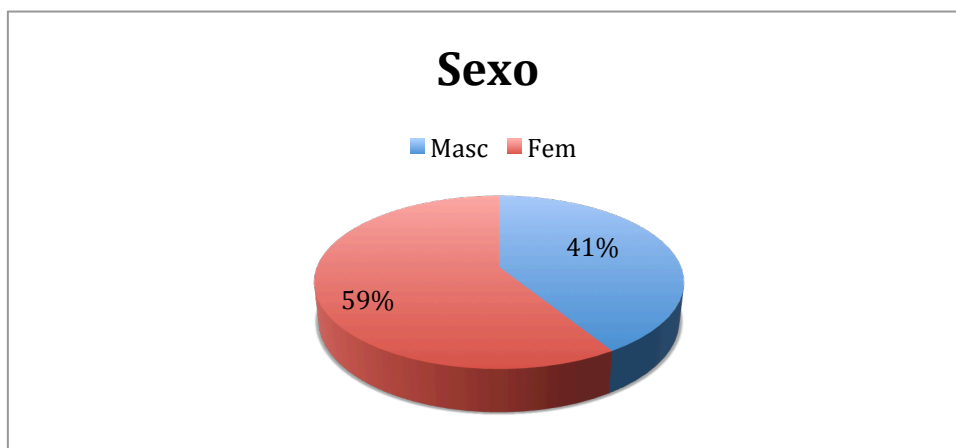


Tabela 13 – Faixa Etária

	N ^o .	%
Total de estudantes	85	100
Masculino de 14 a 16 anos	21	25
Feminino de 14 a 16 anos	36	42
Masculino de 17 a 19 anos	14	17
Feminino de 17 a 19 anos	14	16

Gráfico 13 – Demonstrativo Tabela 13

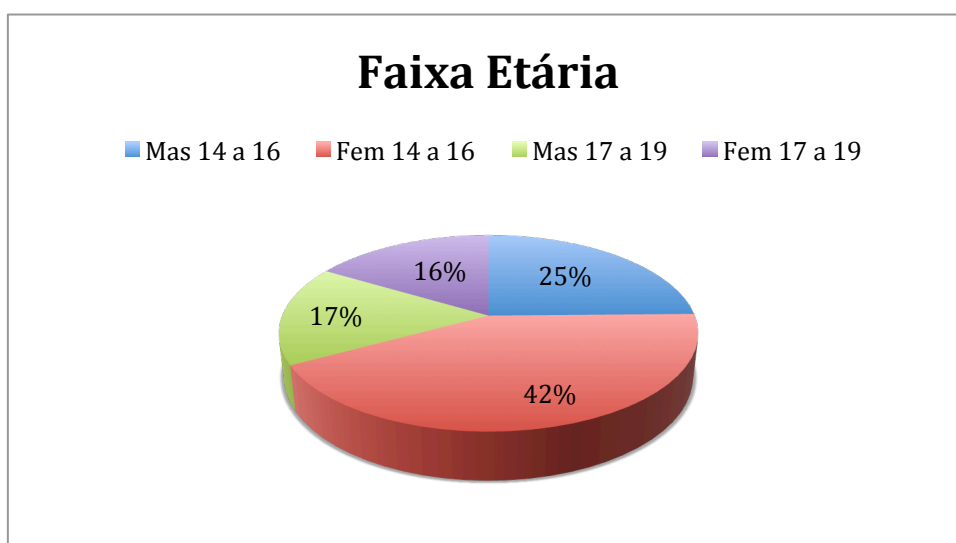
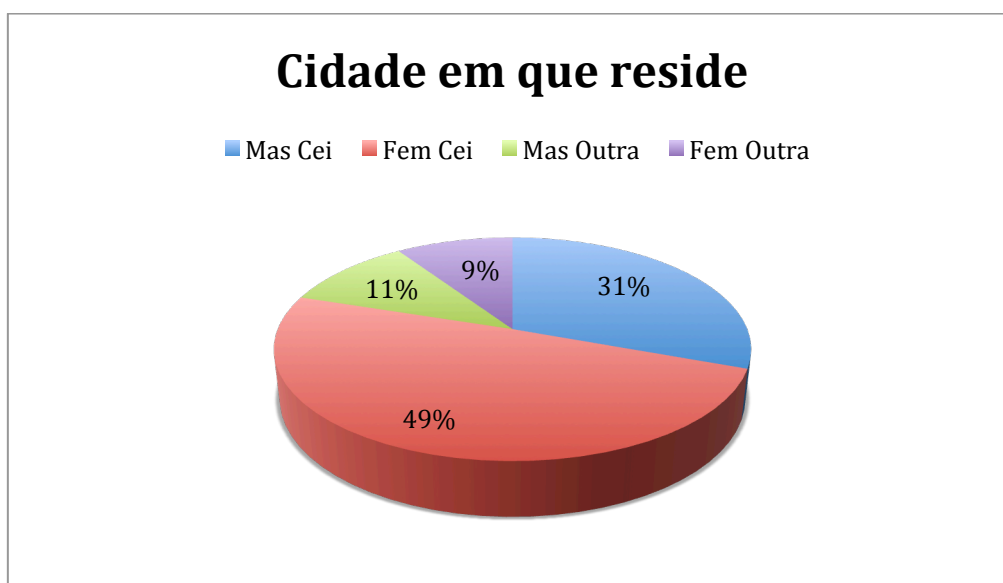


Tabela 14 – Cidade em que reside

	N ^o .	%
Total de estudantes	85	100
Masculino Ceilândia	21	31
Feminino Ceilândia	42	49
Masculino Outras	9	11
Feminino Outras	8	9

Gráfico 14 – Demonstrativo Tabela 14

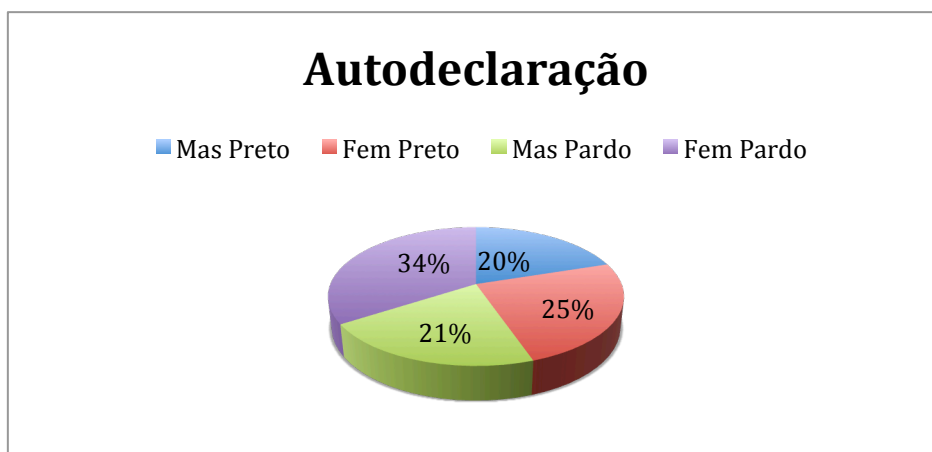


Entre os entrevistados nesta segunda etapa, encontramos o seguinte cenário de autoidentificação: 45% se autodeclararam pretos; 20% eram meninos pretos, 25% meninas pretas, 65% se autodeclararam pardos (21% meninos e 34% meninas).

Tabela 15 – Como você se autodeclara?

	N ^o .	%
Total de estudantes	85	100
Masculino Preto		20
Feminino Preta		25
Masculino Pardo		21
Feminino Pardo		34

Gráfico 15 – Demonstrativo Tabela 15



Nas tabelas e nos gráficos 16 e 17, percebe-se uma nítida diferença na percepção de meninas e meninos em relação a terem sido alvo de racismo. Das meninas, 76% disseram nunca terem sido alvo de racismo, discriminação ou preconceito. Já entre os meninos, apenas 46% disseram não para a mesma pergunta. 54% do meninos disseram já terem sido alvo de alguma forma de manifestação racista.

Tabela 16 – Sexo feminino: já foi alvo de racismo, discriminação ou preconceito racial?

	N.º	%
Total de estudantes do sexo feminino	50	100
Não	38	76
Sim, poucas vezes	5	10
Sim, algumas vezes	5	10
Sim, muitas vezes	2	4

Gráfico 16 – Demonstrativo Tabela 16

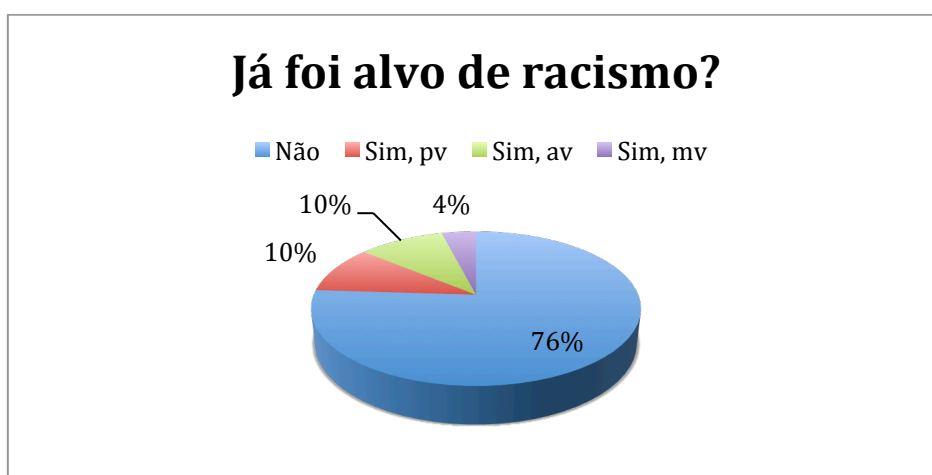


Tabela 17 – Sexo masculino: já foi alvo de racismo, discriminação ou preconceito racial?

	N ^o .	%
Total de estudantes masculino	35	100
Não	16	46
Sim, poucas vezes	11	31
Sim, algumas vezes	8	23
Sim, muitas vezes	0	0

Gráfico 17 – Demonstrativo Tabela 17

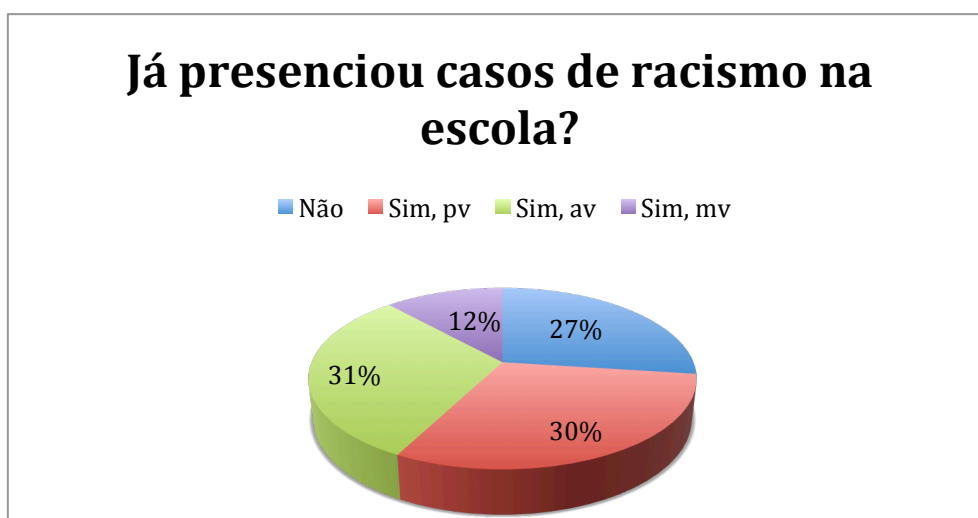


Na tabela e no gráfico 18, que revelam os dados acerca da opinião dos estudantes sobre a existência de casos de racismo na escola, os resultados revelam que 73% afirmaram já terem presenciado casos de racismo na escola.

Tabela 18 – Você já presenciou casos de racismo na escola?

	N ^o .	%
Total de estudantes	85	100
Não	23	27
Sim, poucas vezes	26	30
Sim, algumas vezes	26	31
Sim, muitas vezes	10	12

Gráfico 18 – Demonstrativo Tabela 17



Na questão seguinte, os alunos foram inqueridos sobre sua participação no projeto. Apenas 4% deles revelaram ter tido pouca participação. 7% disseram ter tido uma participação razoável e 89% dos estudantes afirmaram ter tido uma boa participação ou participação ativa.

O grau de participação justifica-se pela questão da autoestima. Minha intenção foi mostrar que aqueles estudantes que se sentiram sujeitos ativos na realização do projeto, desde o início, até o ápice, com as apresentação no dia 21 de novembro, tiveram um aumento da autoestima em relação as suas identidades raciais.

Tabela 19 – Como foi sua participação no Projeto “Lápis cor de pele – qual pele?”

	N.º	%
Total de estudantes	85	100
Superficial	3	4
Pouca	0	0
Razoável	6	7
Boa	28	33
Ativamente	48	56

Gráfico 19 - Demonstrativo Tabela 19



Aqui transcrevo alguns depoimentos significativos que comprova a importância de trabalhar a lei 10.639/03 na escola:

“Eu gostei porque mudou totalmente a minha visão do mundo. Eu não via racismo em certas coisas e pude começar a entender melhor essa questão. Fiquei sabendo de coisas que antes não imaginava”. (Aluna preta, moradora de Ceilândia, diz nunca ter sido alvo de racismo.)

“Foi o melhor projeto que eu participei, gostei bastante em aprender mais sobre meus antepassados, de pessoas que fizeram a diferença. Mudou na minha vida a minha consciência de não me importar com a opinião das outras pessoas e também que eu nesse mundo posso fazer a diferença do jeito que eu sou”. (Aluna preta, moradora de Ceilândia, já foi alvo de racismo algumas vezes.)

“Eu gostei muito da iniciativa desse projeto porque ajuda as pessoas a terem consciência de que todos somos iguais, pois não é a cor de uma pele que determina que somos nós e sim o nosso caráter. [...] através desse projeto consegui ter mais confiança em mim mesmo, ou seja, eu acredito que sou bonita do jeito que sou, do jeito que Deus me criou”. (Aluna preta, moradora de Ceilândia, já foi alvo de racismo algumas vezes.)

“Eu adorei, realmente pude me sentir viva, com todas as pessoas da escola, pude ver alguns amigos mudando seus conceitos sobre

os negros. [...] posso dizer que hoje tenho conceitos concretos sobre a consciência negra, uma cultura onde poucos abriam espaço e na escola “estilhaçaram-se” as portas e abraçaram a causa”. [...] muito emocionante e que vai ficar marcado em minha vida”. (Aluna preta, não mora em Ceilândia e diz nunca ter sido alvo de racismo.)

“Gostei de tudo um pouco, participei de todas as atividades [...] durante o desfile olhei para a plateia e vi que sim, eu posso ser o que eu quiser. Hoje já não ligo para essa de racismo, porque somos o que somos”. (Aluno preto, morador da Ceilândia, diz ter sido alvo de racismo poucas vezes.)

“Eu fui apresentadora do projeto e isso mudou totalmente a minha vida. Antes eu não acreditava que existia racismo, eu pensava que todas as piadinhas sobre a cor eram só brincadeira, mas agora eu percebo o que é realmente o racismo e tento sempre combatê-lo com as armas que tenho. Sei que posso fazer a diferença. (Aluna preta, moradora de Ceilândia, diz nunca ter sido alvo de racismo.)

“Gostei pelo fato de terem me dado a oportunidade de desfilar pois foi ótima a experiência. Porque foi algo que eu sempre quis, mas pelo fato de eu não ter o cabelo longo ou ser magra e alta, eu não podia participar”. (Aluna, preta, moradora de Ceilândia, diz ter sido alvo de racismo algumas vezes.)

“Eu amei fazer parte desse projeto, ele foi um diferencial na minha vida. Com ele eu percebi que eu era racista de forma sutil, sem saber. Percebi que usava várias coisas para classificar as pessoas através da sua cor. Mas com esse projeto aprendi que nada disso importa e que as pessoas são iguais e merecem tratamentos iguais independente da sua cor. (Aluno, pardo, morador de Ceilândia, diz nunca ter sido alvo de racismo.)

Capítulo 4. Um capítulo a parte! Sobre cabelos!

O conceito de raça confunde-se com o de etnia e envolve características físicas, como cor dos olhos, cor da pele e tipos de cabelos. Ah! Os cabelos!

Sempre dei aula para o Ensino Médio, para jovens, na maioria entre 14 e 18 anos. E em todos os anos sempre me incomodou ver minhas alunas negras com os cabelos alisados, cheios de cremes, com os cabelos molhados, algumas com muito creme escorrendo, com produtos químicos, enfim, com os cabelos “oprimidos”. Raramente vi alunas com seus cabelos crespos naturais.

A cultura brasileira é carregada de conceitos e padrões de beleza europeus, já que fomos colonizados por portugueses, que trouxeram os africanos negros para este país como escravos. Os negros não eram visto como “gente”, eram escravos, e como tal, não aceitos nas rodas sociais.

Ainda nos dias de hoje, a estética que dita os enfoques da moda, afirma que bonito é ter cabelos lisos, compridos, ou no máximo levemente ondulados. Quem é negro e tem cabelos naturais é considerado “feio” ou “excluído”.

Alice Walker (1988), com sua peculiar sensibilidade, afirma:

[...] o que há de pior em pertencer a uma cultura oprimida é o fato de que a cultura opressora – especialmente por controlar a produção e dispersão de imagens, na mídia – pode facilmente nos fazer sentir vergonha dos nossos ditados, dos nossos atos, dos nossos costumes. Não importa se esses ditados, atos e costumes são bons ou maus. O que há de errado neles é o fato de nos pertencer.

No questionário eu pedi para que as minhas alunas descrevessem seus cabelos: “Fale sobre o seu cabelo. Como você o define? Gosta dele? Tem vergonha do seu cabelo? Você usa seu cabelo natural? Usa produtos para relaxar e/ou alisar? Não sai de casa sem chapinha?

Muitas atestaram que os cabelos naturais não ficavam bonitos nelas, que demandavam muito trabalho, ou simplesmente não gostam de seus cabelos crespos.

Uma aluna relatou não gostar do seu cabelo crespo:

“Eu defino meu cabelo como um cabelo ruim, de cor feia e crespo. Eu não gosto dele, mas é melhor que ser careca. Eu tenho vergonha dele, queria ter um melhor. As vezes uso natural, porque tem vezes que ele é mais bonito sem chapinha e gosto de usar vários produtos químicos para tentar mudá-lo, mas minha felicidade dura pouco, porque sempre volta ao natural. (Aluna preta, que relatou ter sido alvo de racismo poucas vezes.)

Outra aluna acha que seu cabelo deveria ser liso:

“Ele é enrolado, gosto dele, mas acho que ele deveria ser liso. Não tenho vergonha, pois já vi coisas piores. Eu não uso ele natural, não uso produtos, e não saio de casa sem chapinha”. (Aluna parda, declarou nunca ter sido alvo de racismo)

Outra ainda não sabe porque não gosta do seu cabelo:

“Meu cabelo é cacheado, mas eu uso chapinha. Nunca usei alisantes, mas não gosto do meu cabelo. Não sei se é porque eu já acostumei com ele liso ou “sei lá”. Mas pode acontecer qualquer coisa eu nunca vou de cabelo natural para a escola”. (Aluna preta, declarou nunca ter sido alvo de racismo)

O alisamento é um processo no qual as mulheres negras tentam mudar a sua aparência para se ajustar aos padrões estéticos impostos pela sociedade. Independentemente da maneira como as negras escolhem individualmente usar o cabelo, deve-se ter em mente que tanto o auto-amor quanto afirmar uma presença autônoma que seja aceitável e agradável para elas, e suas preferências individuais (estejam ou não enraizadas na auto-negação) não podem disfarçar a beleza de sua negritude.

Apesar de saber que a estética negra é extremamente desvalorizada socialmente, manter e resgatar o cabelo crespo demonstra um resgate da memória, da cultura e espiritualidade ancestrais do negro. Para Lody (2004) o cabelo é uma marca de procedência e é através dele que o negro marca sua estética perante a sociedade, constituindo também um posicionamento político.

É necessário que a estética negra seja tratada com respeito, para que nossas crianças cresçam e se tornem adolescentes com uma autoestima

elevada, percebendo desde cedo que ser negro é bom e que cabelos crespo é lindo.

Segundo Luara Vieira (2013), não é novidade que a estética negra – expressão entendida como conceitos e juízos de beleza baseada nas características da população negra - não é valorizada em nossa sociedade, diga-se de passagem, uma sociedade extremamente racista, que tenta a todo custo dissipar qualquer manifestação de negritude contida na mesma.

Muitas alunas sofrem por que não se encaixam nos padrões de beleza euro-ocidental. Em especial, o cabelo é o ponto chave deste não-padrão que muitas vivem diariamente. “Duro”, “pixaim”, “bombril”, são alguns dos nomes pelo qual, o cabelo crespo vem sendo chamado ao longo de anos. Apelidos racistas que buscam inferiorizar e invisibilizar as madeixas, que crescem pra cima, afirmando o lugar da qual pertencem. Este lugar é a África. Terra dos antepassados de muitos brasileiros e de uma história que sempre nos foi negada pela colonização, pelo imperialismo e pela elite branca.

Segundo o questionário, muitas alunas atestaram que gostam de seus cabelos naturais porém não os usam soltos na escola, por causa de piadas ou comentários maldosos, que algumas chamaram de “bullying”, ou então que tinham vergonha de usá-los naturais na escola:

“Meu cabelo é bom, gosto dele, mas devido as situações de “bullying” por conta do volume, me sinto com um pouco de vergonha e constrangimento e por isso prefiro usar sempre chapinha. Só uso cabelo natural quando estou em casa no final de semana ou em festas de família”. (Aluna parda, declarou nunca ter sido alvo de racismo)

Outra aluna relatou sobre o problema de usar os cabelos soltos na escola:

“Sempre amei o meu cabelo porque ele é cheio de cachos. Nunca quis usar produtos para alisar ou relaxar o meu cabelo. Chapinha só uso uma vez (no máximo duas) por ano. O meu único problema é que eu não solto porque as pessoas começam a fazer brincadeirinhas sem graça. Mas eles podem fazer brincadeiras sem graça porque tenho certeza que nunca vou trocar o meu

cabelo crespo para ter um liso. Nunca!!” (Aluna preta, que afirmou ter sido vítima de racismo algumas vezes)

Outra aluna relatou que não tem vergonha, apesar de usar chapinha sempre:

“Meu cabelo é cacheado, apesar dele as vezes não se comportar como eu quero, eu gosto dele, melhor ter do que não ter, né? Eu não tenho vergonha dele apesar de usar chapinha sempre, pois é melhor do que ficar molhando e penteando todos os dias. Eu não uso produtos químicos, somente chapinha e secador”. Aluna preta, que declarou nunca ter sido alvo de racismo.

Segundo Joelma Silva (1980), sentimentos como a vergonha é um dos efeitos perversos do racismo em sociedades como a brasileira. A vergonha gera a negação, a recusa e o apagamento dos caminhos percorridos, os traços e as lembranças promovem – nessas circunstâncias - apenas dor e sofrimento.

Ainda segundo Silva, é desnecessário lembrar que esta estratégia beneficia apenas aqueles grupos que detêm poder, romper com o silenciamento é combater uma ordem injusta por que é excludente.

É feito um esforço gigantesco para ofuscar e invisibilizar a beleza negra em cada traço. Ao mesmo tempo existe um esforço para resgatar e difundir a estética negra, tanto por lutas políticas, como com autoestimas sendo construídas ou reerguidas, principalmente a das mulheres negras, para que deixem de sofrer com os pré-requisitos de uma “boa aparência”.

Para Lody (2004) o cabelo é uma marca de procedência e é através dele que o negro marca sua estética perante a sociedade, constituindo também um posicionamento político.

Muitas alunas relataram que depois do Dia da Consciência Negra do ano passado, passaram a assumir seus cabelos naturais:

“Eu amo meu cabelo. Isso começou ano passado, logo após a “Consciência Negra”. Eu parei de usar chapinha e produtos químicos e agora eu uso ele naturalmente. Gosto mais assim, agora ele pode ser livre”. (Aluna preta que declarou nunca ter sido

alvo de racismo e nunca ter presenciado casos de racismo na escola)

Outra aluna relata sobre sua mudança após o Projeto:

“Raramente passo chapinha depois do Projeto. Uso produtos para relaxar, mas estou pensando seriamente em parar”. (Aluna parda que disse nunca ter sido alvo de racismo)

Outra ainda relatou que tinha vergonha do cabelo antes da Consciência Negra:

“Gosto do meu cabelo, ele é enrolado. Antes da “Consciência Negra” eu tinha vergonha, tanto que eu vivia com ele amarrado ou com chapinha. Já utilizei produtos químicos, mas não uso mais. Chapinha, eu evito, porque quem disse que cabelo bonito é cabelo liso?” (Aluna preta que relatou ter sido alvo de racismo algumas vezes)

O cabelo faz parte do perfil estético que compreende a identidade negra. Cada indivíduo tem uma relação muito particular com o seu cabelo, esta relação é única, e se dá, através das suas experiências vividas desde a infância até a sua vida adulta.

Segundo, Bell Hooks (2008), em “Alisando nossos cabelos”, esta afirma que:

“Independentemente da maneira como escolhemos individualmente usar o cabelo, é evidente que o grau em que sofremos a opressão e a exploração racistas e sexistas afeta o grau em que nos sentimos capazes tanto de auto-amor quanto de afirmar uma presença autônoma que seja aceitável e agradável para nós mesmas.”

Ser “aceitável” em uma sociedade racista é viver a tentativa constante de se igualar ao opressor, na aparência, nas práticas, e na visão de mundo. Ainda segundo Hooks (2008), apesar das diversas mudanças na política racial, as mulheres negras continuam obcecadas com os seus cabelos, e o alisamento é a forma de a sociedade se aproveitar da insegurança dessas mulheres negras, no que tange ao sentimento em relação ao valor que elas tem na sociedade de supremacia branca.

O cabelo crespo é um elemento constituidor da identidade negra, para além de um visual estético, e carregam dentro de si uma afirmação e uma ruptura. A ruptura com um ciclo de violência racista sobre a nossa afetividade e sobre a forma como os negros se vêm, conforme a classificação racial que a sociedade impõe do que pelo que eles mesmos se vêm.

É pela necessidade de se construir uma autoestima desde cedo, que se faz necessário romper com esse padrão estético racista e a todo momento lutar contra a invisibilidade com que a negro é tratada, para que a sociedade entenda, de uma vez por todas: CABELO CRESPO NÃO É CABELO RUIM.

Espero que todas vocês um dia possam fazer as pazes com seus cabelos crespos ou encaracolados e descobrir o que Alice Walker descobriu: ***"Finalmente descobri exatamente o que o cabelo queria: queria crescer, ser ele mesmo, atrair poeira, se esse era seu destino, mas queria ser deixado em paz por todos, incluindo eu mesma, os que não o amavam como ele era."***

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado nos trabalhos de pesquisa e na vivência com os estudantes e demais colegas professores e direção, posso afirmar que o espaço escolar tem um papel importante na luta contra o racismo. Os/as professores não devem silenciar diante dos preconceitos e discriminações raciais (GOMES, 1995). O racismo é uma realidade em nossa sociedade e conseqüentemente, em nossas escolas. Temos que enfrentar este mal, que destrói não só os estudantes negros negros e pardos, mas a todos nós. Devemos cumprir nosso papel de educadores(as) e cidadãos, construindo práticas pedagógicas e estratégias de promoção da igualdade racial e combater o racismo na escola.

Para que isso ocorra é importante sabermos mais sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, daí a importância da aplicação da lei 10.639/03, para superar opiniões preconceituosas sobre os negros, denunciar o racismo e a discriminação racial e implementar ações afirmativas voltadas para o povo negro, ou seja, é preciso superar e romper com o mito da democracia racial.

Atualmente, além da lei 10.639/03 e das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, existe uma produção mais consistente sobre a temática racial que deve ser incorporada como fonte de estudo individual e coletivo dos(as) educadores(as).

A inclusão e aplicação da lei 10.639/03 é ferramenta indispensável para combater o racismo. A lei é fundamental. O ensino e valorização da História e Cultura Afro-brasileira e Africana durante todo o ano letivo, não se restringindo apenas às datas comemorativas, como o dia 20 de novembro, além de ajudar no combate ao racismo, é importante para elevar a autoestima de estudantes negros/as. É possível haver uma mudança de atitude de todos os estudantes, negros e não negros, objetivando a promoção de uma educação de promoção do respeito à diversidade e combate ao racismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. **Somos ou não somos racistas?** História Viva. Novembro 2006.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo de Afonso; BARRETO, Elba de Sá; GATTI, Bernadete Angelina. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte.** Brasília: UNESCO, 2001

ARONSON, E. Prejudice. In: **The Social Animal.** New York. Worth Publishers/W.H. Freeman and Company, 1999.

AUGOUSTINOS, M. & WALKER, I. Stereotypes, Prejudices and Intergroup Attributions. In: **Social Cognition.** London: Sage Publications, 1995.

BEATO, Joaquim. **Um novo milênio sem racismo na igreja e na sociedade.** CENACORA, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos. Gênero e Raça – todos pela igualdade de oportunidades.** Brasília: Mtb / Assessoria Internacional, 1998.

BRASIL. **Relatório do Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra O Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.** Brasília, 2001. Disponível em:
<<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/relatorio.htm>>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de janeiro de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** 2004

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientação e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.645/08**, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da União de 11 de março de 2008.

CARDOSO, Adalberto. **Escravidão e sociabilidade capitalista**. Um ensaio sobre inércia social. Novos Estudos, no. 80. CEBRAP, Centro Brasileiro De Análise e Planejamento. Brasil. 2006

CARMO, Josué G. B. **As dimensões do preconceito racial, educação e literatura**. Artigo Científico. 2006.

CARNEIRO, Suelaine. **Educação para as relações raciais**. REVISTA PRESENÇA PEDAGOGICA, v.20, n.115, jan/fev. 2014

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03**. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade – Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

DAYRELL e GOMES, Nilma Lino. **Juventude, práticas culturais e identidade negra**. in revista Palmares em ação. Brasília: Fundação Cultural Palmares/MinC., n.2, out. - dez, 2002.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientações Pedagógicas para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Rede Pública de Ensino do DF** (artigo 26-a da LDB). Brasília: SEEDF, Subsecretaria de Educação Básica/Coordenação de Educação em Diversidade, 2012.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação Afirmativa: Princípio Constitucional da Igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **A mulher negra que vi de perto**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo. 2003.

HOOKS, Bell. **Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens**. Tradução de Carlianne Paiva Gonçalves, Joana Plaza Pinto e Paula de Almeida Silva. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 857-864, set.-dez. 2008.

LODY, Raul Giovanni. **Cabelos de axé: identidade e resistência**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2004.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Da Conceituação às Políticas Públicas de Direito. In: WERNECK, Jurema (Org.). **Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Criola, 2000.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Vol. 1, MEC/SECAD/LACED/Museu Nacional, Brasília: 2006.

MARQUES, JF. **O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma explicação sociológica do racismo**. Ethnologia, nova série (3-4), 1995.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris(Org.) **A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais – PENESB, 5 nov. 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania** (Palestra proferida no 1º Seminário de Formação Teórico-Metodológica/SP). ANPED. Negro e educação. Universidade de São Paulo (USP), 2004.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na Escola**. Brasília: MEC/Secad, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **História: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v.21).

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos e SILVA, Cláudio Nascimento. **Brasil sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: 2006.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ação Afirmativa ou a Utopia Possível: O Perfil dos Professores e dos Pós-Graduandos e a Opinião destes sobre Ações Afirmativas para os Negros Ingressarem nos Cursos de Graduação**

da UnB. Relatório Final de Pesquisa. Brasília: ANPEd/ 2º Concurso Negro e Educação, mimeo, 2002.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ação afirmativa e mérito individual. In: LOBATO, Fátima; SANTOS, Renato Emerson dos (Orgs.) **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SILVA, Ana Célia da. Pesquisa Estereótipos – Assimilação, tipos e Preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de Primeiro Grau, 67 História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados nível 1 (1ª à 4ª séries). In: **Educação e Discriminação dos Negros**. Ministério da Educação, FAE/Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro-Belo Horizonte/MG, 1987.

SILVA, Ana Célia da. **A representação do negro no livro didático: o que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Joelma Rodrigues. **Kundola o motéma nzelá : “lembrar-se do caminho”**. PADÊ : estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Brasília, UniCEUB, FACJS, Vol.1, n.1/06. ISSN. 1980

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro**. Rio de Janeiro, graal, 1983.

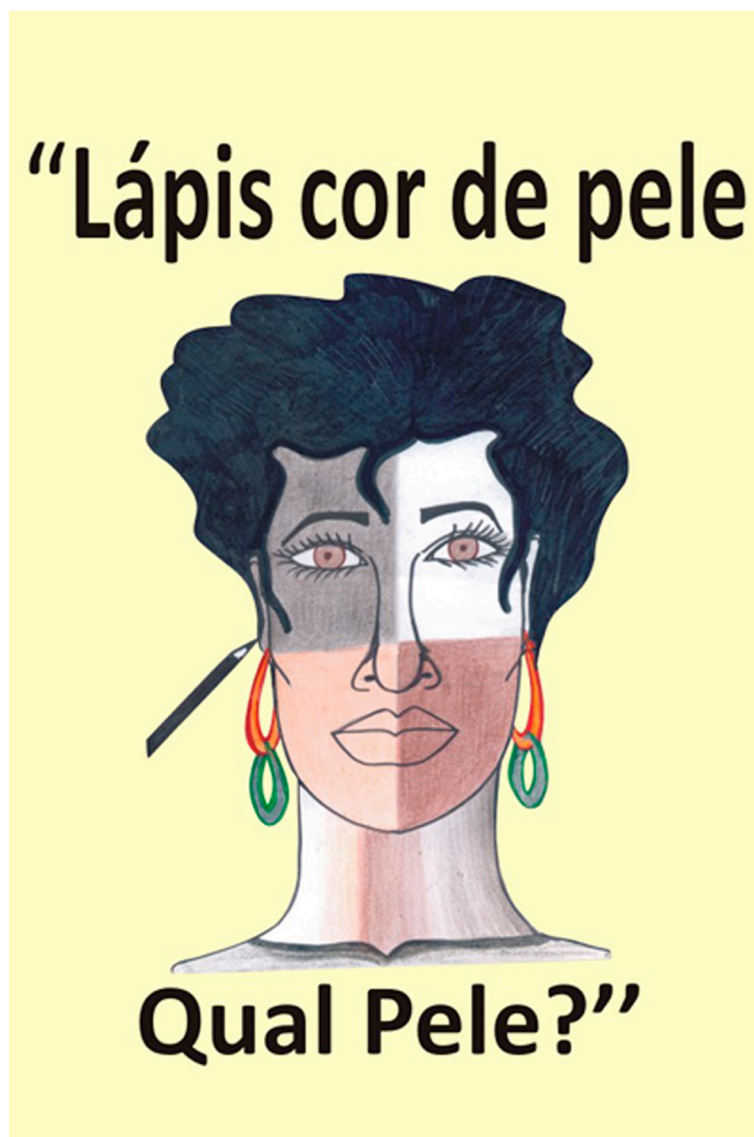
VIEIRA, Luara. **A invisibilidade da estética negra: a dor do racismo sobre nossos cabelos**. 24/09/2013. Disponível em: <<http://www.blogueirasnegras.org>>.

WALKER. Alice, “Cabelo Oprimido é teto para o cérebro”. In **Vivendo pela palavra**. RJ, Rocco, 1988.

APÊNDICES

Logomarca do Projeto “Lápis cor de pele – qual pele?”

Arte da Profa. Jeane Trindade





CENTRO DE ENSINO MÉDIO 02 DE CEILÂNDIA

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

“10 anos da Lei 10.639/03”

Projeto

“Lápis Cor de Pele – Qual Pele?”

Regina Recalde da Fonseca Cotrim

Ceilândia

2013

JUSTIFICATIVA

O dia 20 de novembro foi instituído no Brasil como o Dia da Consciência Negra e amparado pela Lei 10.639/2003 deve ser um dia de reflexão sobre a Cultura Afro-Brasileira. A data foi escolhida por coincidir com o dia da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, em 1695. O Dia da Consciência Negra procura ser uma data para se lembrar da resistência do negro à escravidão de forma geral, desde o primeiro transporte de africanos para o solo brasileiro (1549).

Apesar de a população negra constituir grande parte da sociedade brasileira, o negro ainda é excluído do processo sócio-econômico-cultural.

O objetivo da Lei é oferecer nas escolas uma educação onde todos possam conhecer e valorizar o negro como sujeito importante e conhecendo sua história e sua cultura, passamos a vê-lo com outros olhos em nossa sociedade.

A Lei 10.639/03 altera o artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tornando obrigatório o ensino da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição e protagonismo do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil, que foi nos últimos séculos contada sob o ponto de vista eurocêntrico.

O nome do projeto “Lápis Cor de Pele – qual cor?”, já por si só é instigante e faz com que o estudante perceba como o racismo é “ensinado” muitas vezes de forma sutil e outras vezes de maneira explícita. A intenção desse projeto é contribuir com a reflexão sobre questões raciais, reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos.

Os princípios que devem orientar os temas, os projetos e as atividades pedagógicas em relação à questão racial na escola é a desconstrução do preconceito e a reafirmação de uma autoestima positiva da população negra e mestiça. Além disso, é imprescindível propor situações de

aprendizagem que sejam desafiadoras e que tragam novos conhecimentos visando superar imagens e crenças baseadas no preconceito e na discriminação raciais. (MEC, 1996. p.01)

A materialização deste projeto representa uma oportunidade de levantar a bandeira de combate ao racismo e às discriminações que atingem em particular a população negra.

Importante ressaltar que, embora não existam “raças” sob o ponto de vista biológico, a segregação racial sobrevive. Significa dizer que, a despeito de refutação científica da classificação humana em “raças”, milhares de pessoas seguem alijadas de direitos sociais básicos em função de seu pertencimento racial. Por essa razão, a ideia de raça é hoje utilizada em seu sentido político, ideológico e sociológico com o intuito de denunciar o racismo e fortalecer a identidade.

OBJETIVOS

- Conhecer a Lei 10.639/2003 e sua importância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
- Desenvolver a consciência crítica de que o racismo existe no Brasil e combater toda forma de discriminação e preconceito.
- Valorizar a diversidade étnica e resgatar a autoestima dos estudantes negros, valorizando a história e cultura de seus ancestrais.
- Estimular valores e comportamentos de respeito à diversidade.
- Divulgar e promover a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial, para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.
- Refletir sobre os conceitos de preconceito, raça, racismo, discriminação, intolerância, a fim de desconstruir “pré-conceitos” e a partir desses novos conhecimentos, construir novos conceitos.

- Entender o movimento negro como uma forma de contestação ao racismo e outras formas de discriminação.
- Combater o racismo, a discriminação, a intolerância, o preconceito, estereótipos que geram e perpetuam a desigualdade racial.
- Formar protagonistas de uma sociedade mais justa e sem preconceito.

PÚBLICO ALVO

Toda a comunidade escolar, com foco nos alunos dos 9º anos e 1º anos do Ensino Médio do Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho será desenvolvido no transcorrer do 4º Bimestre, norteado por um cronograma de ações didáticas semanais que propiciem o contato com a cultura africana e afrodescendente.

A metodologia se fundamentará dentro de um contexto progressista de educação, onde se proporcionará situações didáticas centradas na ação/reflexão/ação, no estímulo a crítica e na resolução de problemas que possibilitem os estudantes a pensarem na questão de forma ética.

O desenvolvimento das atividades enfatizará a leitura e a discussão de textos, o debate de ideias e a produção final de outros códigos de linguagens variadas, incorporando novos valores étnicos. O estudo de conceitos como: **Preconceito, Raça, Racismo, Discriminação, Intolerância** e o estudo da literatura afro-brasileira, da história do neocolonialismo na África e da luta de seu povo permearão o projeto, procurando mostrar aos estudantes a inter-relação entre os conteúdos e a realidade, para que possam compreender a relevância do despertar de consciência cultural, reafirmando a exaltação dos aspectos étnicos, sociais e culturais como agentes formadores da cultura brasileira.

ATIVIDADES PARA O MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO CEM 2 DE CEILÂNDIA

- Confecção de camiseta com a logo do projeto;
- Rádio Consciência (na hora do intervalo) com músicas que abordam a temática racial;
- Exposição Fotográfica de estudantes afrodescendentes com frases de combate ao racismo;
- Exposição de cartazes sobre personalidades Afro-Brasileiras que lutam ou lutaram pelo fim da discriminação e do racismo;
- Mural de países do continente africano (aspectos geográficos, econômicos e culturais);
- Cartazes de divulgação e slogans de combate ao racismo;
- Censo de todas as turmas;
- Exposição de pintura em tela;
- 1º Seminário de Promoção da Igualdade Racial;
- Oficinas de dança, capoeira, cabelos, maquiagem e artesanato;
- Dança e música afro-brasileiras (sarau);
- Desfile Étnico-racial com vestimentas, adereços e penteados afro;

RECURSOS MATERIAIS

Uso do auditório e outros espaços da escola para a realização das oficinas;

Microfones;

Cadeiras para os convidados do “talk show”;

Datashow;

Equipamento de som;

Cartolinas;

Papel;

Materiais diversos de artes.

Ceilândia, 3 de outubro de 2013

Regina Recalde da Fonseca Cotrim

CEM 02 - CRONOGRAMA
MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA – 2013
Programação entre 29/10 a 29/11

Data entrega	Data Realização	9º ano	1º ano
	29/10 a 18/11		Rádio Consciência (na hora do intervalo) com uma programação que inclui músicas que abordam a temática racial + roteiro escrito.
	30/10 a 5/11		Prévia do Seminário no Centro Cultural.
12/11	18/11		Cartazes de divulgação do 1º Seminário de Promoção da Igualdade Racial/Oficinas
19/11	21/11	Exposição de cartazes (papel cartolina branco na vertical) sobre personalidades negras que lutaram e lutam pelo fim da discriminação e do racismo	Exposição de cartazes (papel cartolina branco na vertical) sobre personalidades negras que lutaram e lutam pelo fim da discriminação e do racismo
19/11	21/11	Censo da turma (Estatística)	Censo da turma (Estatística)
19/11	21/11		Slogans de combate ao racismo (faixa ou banner ou tnt colado no isopor) tamanho mínimo 0,50 x 1m
20/11	21/11		Exposição Fotográfica de estudantes afrodescendentes com o slogan da turma ou frase de combate ao racismo
	21/11		1º Seminário de Promoção da Igualdade Racial do CEM 2 de Ceilândia / Talk-Show / Oficinas
20/11	21/11	Exposição de mural de países do continente africano (aspectos geográficos, econômicos e culturais)	
20/11	21/11	Exposição de desenhos	Exposição de pintura em tela
	21/11	Desfile Étnico-racial com vestimentas, adereços e penteados afro	Desfile Étnico-racial com vestimentas, adereços e penteados afro

1º Seminário de Promoção da Igualdade Racial do CEM 2/Ceilândia

“Lápis cor de pele – qual pele?”

21/11/2013

	1º PERÍODO	2º PERÍODO
Turmas organizando	1º G – 1º M	1º N – 1º T
Turmas assistindo	9º A – 9º F	9º G – 9º L
13:15 – 13:20	Frequência	Frequência
13:20 – 13:55	Seminário/Sarau AUDITÓRIO	Oficina I
13:55 – 14:30		Oficina II
14:30 – 15:00		Oficina III
15:00 – 15:30	Intervalo Cultural	Intervalo Cultural
15:30 – 15:35	Frequência	Frequência
15:35 – 16:10	Oficina I	Seminário/Sarau AUDITÓRIO
16:10 – 16:45	Oficina II	
16:45 – 17:15	Oficina III	
17:15 – 18:00	Desfile	Desfile
18:00 – 18:15	Encerramento	Encerramento

E
X
P
O
S
I
Ç
Õ
E
S

OFICINAS

DIVISÃO POR TURMA

15:35 – 17:15

13:20 – 15:00

1º G	Cultura Hip Hop/Rap	1º N	Cultura Hip Hop/Rap
1º H	Dança afro-brasileira	1º O	Dança afro-brasileira
1º I	Capoeira	1º P	Dança afro-brasileira
1º J	Dança afro-brasileira	1º Q	Trança/Cabelo/Turbante
1º K	Cabelos Afro	1º R	Artesanato
1º L	Artesanato – bonecas abayomi	1º S	Maquiagem
1º M	Dança africana	1º T	Capoeira

APRESENTAÇÃO DOS SEMINÁRIOS

As apresentações serão realizadas nas aulas de Sociologia e Artes

30/10 a 5/11

	QUARTA 30/10	QUINTA 31/10	SEXTA 1/11	SEGUNDA 4/11	TERÇA 5/11
13:15	1J	1N	1P	1L	1S
14:55	1N	1S	1R	1M	1L
14:55	1G	1M	1I	1H	1T
16:45	1I	1T	1H	1Q	1º
16:45		1R	1Q	1K	1O
18:15		1K	1G	1J	1P

Obs: A primeira turma de cada período irá apresentar para a turma do mesmo horário.

Exemplo: 1J fará a primeira apresentação no dia 30/10 para a turma do 1N que nesse dia ficará como expectador.

- 1 – Aula Tema – obrigatório apresentação de slide em Power Point – (no mínimo 20 minutos)
- 2 – Esquete (pequena encenação sobre situações de racismo – “onde você guarda seu racismo? Não guarde, jogue fora) – (no mínimo 5 minutos)
- 3 – Apresentação da Personalidade Africana e/ou Afro-Brasileira
- 4 – Apresentação da Paródia
- 5 – Apresentação de Música/Dança (Sarau)
- 6 – Slogan de combate ao Racismo
- 7 – Apresentação do Projeto da Oficina

Cada turma terá no mínimo 50 minutos e no máximo 90 minutos para apresentar sua aula.

Cada turma deve completar toda a programação. Podem acrescentar mais coisas, desde que seja compatível com a temática racial e não ultrapassem o tempo proposto.

Use e abuse da criatividade e do espírito de combate ao racismo.

Cada turma terá entre 2 a 3 alunos/alunas para serem os apresentadores da aula.

RÁDIO CONSCIÊNCIA

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
	29/10 1O	30/10 1I	31/10 1T	1/11 1H
4/11 1Q	5/11 1S	6/11 1G	7/11 1M	8/11 1L
11/11 1K	12/11 1P			
18/11 1J	19/11 1R	20/11 1N	21/11 DCN	

MÚSICAS PARA A PRÉVIA E PARA A RÁDIO CONSCIÊNCIA

TURMA

1. Todo camburão tem um pouco de navio negreiro – O Rappa	1º S
2. Alma da Capoeira – Namastê.	1º P
3. A definir	1º K
4. Perfeição – Legião Urbana	1º N
5. Canto das três raças – Clara Nunes.	1º R
6. Carta à mãe África – GOG.	1º N
7. Preto em Movimento – MV Bill	1º H
8. Haiti – Caetano Veloso e Gilberto Gil.	1º O

9. Lavagem Cerebral – Gabriel, o Pensador.	1º K
10. Identidade – Jorge Aragão.	1º T
11. Ile aye – Gilberto Gil.	1º J
12. Preto que é Preto – Jorge Aragão.	1º Q
13. Zumbi – Ellen Olérea	1º H
14. Mama África – Chico César.	1º I
15. Navio Negreiro – Manastê.	1º Q
16. Negro é lindo – Cidade Negra.	1º M
17. Negro Rei – Cidade Negra.	1º G
18. Pérola Negra – Daniela Mercury.	1º G
19. Sou Negão - Parangolé.	1º I
20. Retrato em Claro e Escuro – Racionais MC's.	1º R
21. Sorriso Negro – Dona Ivone Lara.	1º L
22. Tributo a Martin Luther King – Elza Soares.	1º L
23. Zumbi – Gilberto Gil.	1º M
24. 300 anos de Zumbi – Bom gosto.	1º T
25. A vida é um desafio – Racionais	1º P
26. Negro Drama - Racionais	1º J
27. Olhos coloridos – Sandra de Sá	1º O
28. Juri Racional – Racionais	1º S

PERSONALIDADES NEGRAS

9º A	AUTA DE SOUZA	1º G	MARTIN LUTHER KING
9º B	BENEDITA DA SILVA	1º H	M.V. BILL
9º C	CRUZ E SOUZA	1º I	JOÃO CANDIDO
9º D	ALEIJADINHO	1º J	LÉLIA GONZALEZ
9º E	HEITOR DOS PRAZERES	1º K	NELSON MANDELA
9º F	LIMA BARRETO	1º L	ANASTÁCIA
9º G	CAROLINA DE JESUS	1º M	MILTON SANTOS
9º H	ANDRÉ REBOUÇAS	1º N	LÁZARO RAMOS
9º I	JOSÉ DO PATROCÍNIO	1º O	LUIZA BAIRROS
9º J	JULIANO MOREIRA	1º P	CASTRO ALVES
9º K	ANTONIETA DE BARROS	1º Q	MACHADO DE ASSIS
9º L	JOSÉ JUNIOR (AFROREGGAE)	1º R	JOAQUIM BARBOSA
		1º S	ZUMBI DOS PALMARES
		1º T	ABDIAS DO NASCIMENTO

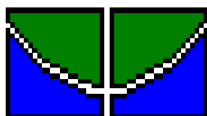
TEMAS PARA AS AULAS DOS SEMINÁRIOS (PRÉVIA)

Apresentações entre os dias 30/10 a 5/11

1º G	NAVIO NEGREIRO
1º H	AFRICA, UM NOVO OLHAR
1º I	O NEGRO NA MÍDIA BRASILEIRA
1º J	300 ANOS DE ESCRAVIDÃO NO BRASIL
1º K	ÁFRICA, UM NOVO OLHAR
1º L	SISTEMA DE COTAS
1º M	LEI 10.639/2003
1º N	RACISMO É BURRICE
1º O	RACISMO É BURRICE
1º P	DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA
1º Q	PRETO NÃO QUER MAIS SOFRER
1º R	SISTEMA DE COTAS
1º S	ZUMBI DOS PALMARES
1º T	A LUTA DO MOVIMENTO NEGRO

PAISES DA ÁFRICA

9º A	África do Sul
9º B	Angola
9º C	Benin
9º D	Camarões
9º E	Costa do Marfim
9º F	Gana
9º G	Guiné-Bissau
9º H	Moçambique
9º I	Nigéria
9º J	República do Congo
9º K	Senegal
9º L	Serra Leoa



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas
em Gênero e Raça – GPPGeR/UnB.

Brasília, 14 de abril de 2014.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Eu, Regina Recalde da Fonseca Cotrim, estudante do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPPGeR, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Brasília, estou realizando uma pesquisa exploratória com foco em Racismo na Escola. A pesquisa tem como objetivo propor aplicação de questionários que contemple ações e projetos para corroborar com a implementação de políticas públicas no campo da educação considerando a transversalidade de raça e gênero. Solicito, assim, a autorização e o apoio da direção do Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia para aplicação de questionários aos estudantes das 14 turmas do 2º ano matutino visando realizar a coleta de dados para a consecução do estudo.

Ressalte-se que todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos/as participantes e são, absolutamente, confidenciais, não sendo divulgados os nomes dos entrevistados/as, ou quaisquer outros informantes.

Qualquer contato com o pesquisador/a poderá ser feito pelo telefone 8131-9985 ou pelo seguinte e-mail: regina_recalde@hotmail.com.

Agradecemos antecipadamente a colaboração.

Atenciosamente,

Regina Recalde da Fonseca Cotrim
Estudante do GPP-GER – FE/UnB
Mat. 20130146803
Orientador/a: Anderson Ribeiro Oliva



Carta de apresentação aos entrevistados (as)

Eu, **Regina Recalde da Fonseca Cotrim**, matriculada no Curso de Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPPGeR, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do/a **Prof^a. Anderson Ribeiro Oliva**, estou realizando pesquisa intitulada PROJETO “LAPIS COR DE PELE – QUAL PELE?” Implementação da Lei 10.639/03 no combate ao racismo e resgate da autoestima de estudantes negros em escola da Ceilândia, DF.

O trabalho de campo consiste na aplicação de questionários com estudantes do 2º ano do Ensino Médio do CEM 02 de Ceilândia.

Assim, solicitamos sua compreensão e resposta aos questionários.

Para a realização desta técnica de pesquisa não será necessária a identificação do (a) entrevistado (a). Apenas constará o nome da Escola ao qual o entrevistado (a) está vinculado. Todas as informações prestadas no âmbito desta pesquisa são de livre consentimento dos participantes. Comprometemos-nos a manter sigilo quanto ao nome dos/as respondentes.

Qualquer contato com a pesquisadora poderá ser feito nos seguintes telefones: 8131-9985. Disponibilizamos também o seguinte e-mails: regina_recalde@hotmail.com

Atenciosamente,

Regina Recalde da Fonseca Cotrim

Matrícula: 20130146803

Orientador/a: Anderson Ribeiro Oliva

GPPGeR - PPGE – FE/UnB

Questionário sobre Racismo e Educação

Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia
Turmas: 2º anos do Ensino Médio

Sexo: () Feminino () Masculino

Faixa Etária: () Menos de 14 anos () De 14 a 16 anos () De 17 a 19 anos () Mais de 19

Cidade em que reside: () Ceilândia () Outras

Você era estudante do CEM 02 no ano passado?

() Não () Sim, 1º ano Vespertino () Sim, no Matutino

Como você se autodeclara?

() Branco () Preto () Pardo () Indígena () Amarelo

Você considera o Brasil um país racista?

() Não () Sim, de maneira sutil e disfarçada () Sim, de maneira aberta

Você acha que há racismo nas escolas?

() Não () Sim, de maneira sutil e disfarçada () Sim, de maneira aberta

Já presenciou alguma atitude racista?

() Não () Sim, aconteceu comigo () Sim, presenciei com outros

Você conhece pessoas racistas?

() Não () Sim

Você já ouviu piadas e/ou frases negativas relacionadas aos negros?

() Não () Sim

Poderia citar um exemplo?

Você conhece a Lei 10.639/03?

() Não () Sim

Caso sim, responda as perguntas a seguir:

Sobre o que trata?

É importante trabalhar a Lei 10.639/03 nas escolas?

() Não () Sim

Por que é importante?

Questionário sobre Racismo e Educação

Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia
Estudantes pardos/negros que participaram do Projeto

Sexo: () Feminino () Masculino

Faixa Etária: () Menos de 14 anos () De 14 a 16 anos () De 17 a 19 anos () Mais de 19

Cidade em que reside: () Ceilândia () Outras

Série em curso do ensino médio: () 1º ano () 2º ano

Como você se autodeclara?

() Preto () Pardo

Você tem orgulho de sua identidade?

() Não () Sim

Para você, o que é racismo? Como ele se expressa?

Já foi alvo de racismo, discriminação ou preconceito racial?

() Não () Sim, poucas vezes () Sim, algumas vezes () Sim, muitas vezes

Caso sim, você pode descrever a situação de preconceito ou discriminação?

Você já presenciou casos de racismo na escola?

() Não () Sim, poucas vezes () Sim, algumas vezes () Sim, muitas vezes

Caso sim, você pode descrever a situação de preconceito ou discriminação?

Como foi sua participação no Projeto “Lápis cor de pele. Qual pele?” no ano passado?
() Superficial () Pouca () Razoável () Boa () Ativamente

Conte sua experiência. O que mais gostou? O que mudou na sua vida?

Um capítulo a parte! Só para as mulheres

Fale sobre o seu cabelo. Como você o define? Gosta dele? Tem vergonha do seu cabelo? Você usa seu cabelo natural? Usa produtos para relaxar e/ou alisar? Não sai de casa sem chapinha?
